

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 021

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 06 DE ABRIL DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUÍZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Túlio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldir Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 017ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
06 DE ABRIL DE 1999
(terça-feira)**

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademir Traiano, Ademir Bier, Algaci Túlio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cesar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte **EXPEDIENTE**:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 440

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento

no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 06.04.99.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 430

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a formação de uma Comissão de Deputados Estaduais, para acompanhamento das ações que estão sendo desenvolvidas no Litoral do Estado do Paraná, com relação à erradicação do cólera.

Sala das Sessões, em 06.04.99.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Estamos observando nestes últimos dias, a situação crítica e estarrecedora porque está passando o nosso litoral paranaense.

Os casos de cólera crescem dia-a-dia. A população assustada procura seguir, dentro de suas possibilidades, as informações e orientações dos Órgãos Públicos, empenhados na luta constante de erradicar o vírus que vem fazendo diariamente mais e mais vítimas.

O Poder Legislativo não pode ficar assistindo estas cenas que envolvem nossa gente. Propomos a formação de uma Comissão de Deputados Estaduais para dar o devido acompanhamento às ações desenvolvidas no nosso litoral. É dever nosso, como representantes do povo do Paraná, verificar de perto o que está sendo feito por aqueles que, através do voto nos deram a missão de representá-los e de defendê-los em casos de necessidade como este, quando a população clama por socorro.

Pedimos a designação desta Comissão, para cumprir mais uma prerrogativa deste Poder - a de fazer cumprir a vontade do povo, que neste momento é de sanar este grave problema que afeta o que de mais sagrado o ser humano possui - a saúde.

REQUERIMENTO Nº 431

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM a constituição, no âmbito deste Poder Legislativo Estadual, de uma Comissão de Acompanhamento da Reforma do Poder Judiciário, a ser composta por sete (07) deputados estaduais, com a função específica de acompanhamento e interferência no processo de Reforma do Poder Judiciário atualmente

em debate junto ao Congresso Nacional, em especial na Câmara dos Deputados.

Na oportunidade, esclarecemos que tal requerimento fundamenta-se no imprescindível papel que deve desempenhar o Poder Legislativo Estadual, num momento em que a sociedade brasileira se debruça na análise de reforma do Poder Judiciário, debatendo a matéria em todas as instâncias da sociedade civil. Assim, a constituição da Comissão ora proposta, revela-se indispensável, eis que, da questão acima suscitada, importantes mudanças serão necessariamente registradas na esfera de competência dos Estados, em especial do Poder Judiciário, pelo que impossível a omissão do Poder Legislativo em bem representar os interesses da sociedade do Paraná nesta discussão.

Sala das Sessões, em 06.04.99.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 411

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, envio de voto de pesar à família Camargo, pelo falecimento do Senhor Levi Camargo, ocorrido no dia 23 de março do ano de 1999, no Município de Colombo.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regime desta Casa de Leis.

]Sala das Sessões, em 06.04.99.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 418

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Cesar Augusto Leoni, Vereador do Município da Lapa ocorrido dia 31.03.99.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06.04.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 55 anos, faleceu, o Dr. Cesar Augusto Leoni, que era Vereador no Município da Lapa.

O extinto deixou viúva Dona Helena Regina Araújo Leoni e uma filha.

O Dr. Cesar Augusto Leoni pertencia a tradicional família do Município da Lapa e era filho do médico e ex-Prefeito Sérgio A. Leoni.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos dentre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana do seu Servo Cesar Augusto.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Cesar Augusto Leoni, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família do Dr. Cesar Augusto Leoni para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo Cesar Augusto sob a sua constante proteção para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abrem em todas as direções e assim possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos deu participar.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar cumpre o dever de associar-se a dor que abalou a família Leoni, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 419

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Dario Fortunato Darif, ocorrido dia 1º de abril do corrente ano, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06.04.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Dia 1º de abril de 1999, faleceu, com 79 anos de idade, o Dr. Dario Fortunato Darif.

Dr. Dario Fortunato Darif era funcionário inativo deste Poder Legislativo e ex-Presidente da CABENFALE.

O extinto deixou viúva Dona Umbelina Ferreira Darif e duas filhas, 6 netos e 1 bisneto.

O passamento do Dr. Dario F. Darif veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bençãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Dario.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e paz sobre Dr. Dario Darif e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor abençoe a família do Dr. Dario F. Darif para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo Dario F. Darif sob a sua constante proteção para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções e assim possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos deu participar.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Darif, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 420

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Divino Sala, aos 54 anos de idade, ocorrido no dia 09.03.99, no Município de Pinhais.

Sala das Sessões, em 06.04.99.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Nascido em 07. 05.1942, na Cidade de Três Barras no Paraná, era filho de Luiz Sala e Jovina Scandolar Sala.

Em, 1962, veio para a Cidade de Pinhais, onde instalou o Supermercado Sala e fixou residência naquela Cidade.

Casado com Ernestina Sala, deixou 07 filhos: Evair, Clair, Moacir, Valdecir, Rosa Maria, Maria Inácia e Olíria Sala.

Nem o tempo, nem a distância poderão apagar do coração de todos a lembrança desse homem que soube conquistar o amor, o carinho, o respeito e

a amizade de todos os que tiveram a oportunidade de conhecê-lo e conviver com ele.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abala a família de Divino Sala, enviando votos de profundo pesar para a Sra. Ernestina Sala, residente à Av. Juriti, nº 321, Jardim Claudia, Pinhais, CEP 86811-30.

REQUERIMENTO Nº 415

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Sr. Sebastião Antonio Batista, presidente do SIMA, Sindicato das Indústrias de Móveis de Arapongas, pela organização da MOVELPAR 99, Feira de Móveis do Estado do Paraná.

Requer ainda que o presente se de ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à AZULBRÁS, Indústria e Comércio de Móveis Ltda, PR 444, Rod. Km 3, 86701.000/ Arapongas-PR.

Sala das Sessões, em 06.04.99.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

O empresário Sebastião Antonio Batista é o atual presidente do SIMA, Sindicato das Indústrias de Móveis de Arapongas, que organiza e promove a MOVELPAR, Feira de Móveis do Estado do Paraná. Em sua segunda edição, a MOVELPAR é considerada uma das três mais importantes feiras da indústria moveleira do Brasil. A edição 99 do evento, que acontecerá de 19 a 24 de abril, está sendo divulgada também no MERCOSUL e países europeus, conseqüentemente, levando o nome de Arapongas e do Paraná. A expectativa real é de um público visitante de 60 mil pessoas, o que demonstra a importância da indústria moveleira de Arapongas e do Paraná no mercado nacional e internacional.

REQUERIMENTO Nº 416

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Sr. Adriano Romera, ex-presidente do SIMA, Sindicato das Indústrias de Móveis de Arapongas, pela organização da MOVELPAR 99, Feira de Móveis do Estado do Paraná.

Requer ainda que o presente se de ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à SIMBAL, Sociedade Industrial de

Móveis Banrom Ltda. Av. Maracanã, nº 5472, 86703-000 / Arapongas - PR.

Sala das Sessões, em 06.04.99.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

O empresário Adriano Romera, em março de 1997, era o presidente do SIMA - Sindicato das Indústrias de Móveis do Estado do Paraná, que deu impulso significativo a todo mercado moveleiro paranaense. A partir da criação e realização da MOVELPAR o Parque Moveleiro de Arapongas e do Paraná ganharam posição de grande importância no Brasil e no exterior, aumentando, assim, o volume de negócios do setor. Além de divulgar a cidade e o Estado, a MOVELPAR possibilita relações comerciais com países do MERCOSUL e da Europa.

REQUERIMENTO Nº 417

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Sr. João Siqueira Cardoso e Oliveira, presidente do Pavilhão de Negócios EXPOARA.

Requer ainda que o presente se de ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à MOVAL - Móveis Arapongas Ltda. Praça Dr. Júlio Junqueira, nº 88, Sala 1, 86701-000/ Arapongas.

Sala das Sessões, em 06.04.99.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

O empresário João Siqueira Cardoso e Oliveira, é atual presidente do Pavilhão de Negócios EXPOARA, local onde se realiza a MOVELPAR, um dos mais importantes eventos do setor no país. O EXPOARA, sediada em Arapongas, conta com 41 mil metros quadrados de área construída, 700 lugares na praça de alimentação e 2500 vagas no estacionamento. O EXPOARA e a MOVELPAR passaram a ser referência a nível nacional e internacional no segmento de feiras eventos. Durante a Feira de Móveis do Paraná, estarão reunidos no EXPOARA milhares de pessoas entre lojistas, grandes magazines e os mais importantes empresários do setor. João Sequeira era também o presidente do Pavilhão de Negócios EXPOARA na época da inauguração, em março de 1997, que foi marcada pela realização da primeira edição da MOVELPAR.

REQUERIMENTO Nº 424

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após

ouvido o douto Plenário, que seja concedido voto de congratulações à Tetra Park, por iniciar a produção de embalagens longa vida no Município de Ponta Grossa.

Detentora da tecnologia asséptica para embalagens, que permite a conservação não refrigerada dos produtos, a Tetra Park fornece sistemas de processamento e envase de alimentos líquidos e semi-líquidos.

Quando for inaugurada oficialmente no final do mês de abril, a Tetra Park produzirá cerca de 18 milhões de caixas diariamente.

A fábrica já proporcionou cerca de 150 empregos diretos e aproximadamente 130 terceirizados. A previsão é de que quando atingir a sua capacidade total de produção a empresa gere 1000 empregos. O mais importante é que mais de 90% da mão-de-obra é formada por moradores de Ponta Grossa.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Gerente Geral da Tetra Park, Sr. Alberto Tureikis, na Rodovia BR 376, Km 499, Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 06.04.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 425

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Revista "Cidades do Brasil" (Av. Nossa Sra. Da Luz, 1294 - Curitiba), lançada no mês de março de 1999.

Sala das Sessões, em 06.04.99.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Começou a circular neste mês de março de 1999, a Revista "Cidades do Brasil". Ainda em seu exemplar de apresentação, este novo veículo de comunicação já demonstra o elevado grau de preocupação em levar aos leitores uma informação com qualidade.

A revista nasceu com o objetivo de levar as comunidades a debater encontrar soluções para a melhoria da qualidade de vida destas concentrações populacionais que são os centros urbanos, onde está concentrada 60% da população do nosso país.

A revista possui uma grande estrutura espalhada pelo país, com sucursais em Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife, Salvador e São Paulo e surge com uma proposta editorial moderna, uma diagramação inovadora e conteúdo polêmico, resultado do trabalho de uma conceituada equipe de profissionais que vem atuando na área de veículos de comunicação do Brasil há anos.

Parabéns ao seu Diretor-Geral, Pier Massimo Mota e toda a sua equipe, pela brilhante iniciativa de trazer à tona os problemas, debate e soluções, das Cidades do nosso Brasil.

REQUERIMENTO Nº 407

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER À MESA, ouvido o Plenário, oficie-se ao Sr. Governador Jaime Lerner, ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Cândido Manuel Martins de Oliveira, bem como ao diretor do Departamento de Trânsito do Paraná, César Roberto Franco, solicitando providências para instalação de CIRETRAN no Município de Sarandi.

Sala das Sessões, em 06.04.99.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Sarandi conta hoje com uma população aproximadamente de 80.000 habitantes, com significativo número de veículos licenciados anualmente pelo DETRAN local.

Entretanto, o DETRAN local, pelo volume diário de licenciamentos e de trabalhos complementares, tem suas atividades dependentes de um órgão superior para agilização de seus procedimentos. O mesmo acontece com o município vizinho, com Marialva.

A CIRETRAN implantada em Sarandi viria desafogar, em muito, os trabalhos da CIRETRAN de Maringá, que tem muitos municípios para atender, melhorando a rapidez desses serviços, tanto em Maringá, como em Sarandi.

Já existe lei específica, de autoria do nobre Deputado Basílio Zanusso, aprovado pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo Governo do Estado, criando a CIRETRAN de Sarandi.

Falta apenas a instalação dessa CIRETRAN, objetivo principal deste Requerimento.

REQUERIMENTO Nº 408

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Senhor Governador do Estado, Jaime Lerner, bem como à Secretária de Estado da Administração, Maria Elisa Ferraz Paciornik, solicitando providências no sentido de liberar, favoravelmente, os acervos dos servidores públicos estaduais, conforme justifica.

Sala das Sessões, em 06.04.99.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Algumas centenas de servidores públicos estaduais estão com processos de pedido de Acervo parados na Secretaria de Estado da Administração,

aguardando parecer jurídico para serem deferidos ou indeferidos, dependendo desse parecer.

A maioria desses servidores estão prestes a se aposentarem, e a concessão desses Acervos viria contribuir para suas aposentadorias.

O nosso pedido é que essas solicitações sejam acolhidas favoravelmente, tendo em vista as considerações que faremos.

O Acervo é concedido com base no artigo 248 da Lei nº 6.174, de 16.11.70. O Acervo acresce em dobro o tempo de licença especial que o servidor deixar de usufruir.

Ao fazer menção à licença especial, esta é regulada pelos artigos 247 e parágrafo único; 249, incisos e parágrafo único; 250 e parágrafo único. No artigo 249 e incisos estão os casos que não são considerados de afastamento, para fins de concessão da licença especial e, conseqüentemente, do Acervo.

Desta forma, esta solicitação é no sentido de:

1º) Conceder os Acervos cujos períodos se estendem até 15.12.98, data da promulgação da Reforma Constitucional que reformou a Previdência Social;

2º) Que os Acervos sejam extensivos a todos os servidores que o requererem dentro de um prazo legal (no mínimo 180 dias), dentro dos critérios a serem estabelecidos por regulamentação específica da Secretaria de Estado da Administração.

Nossa preocupação é de que se preserve o direito adquirido dos servidores, com relação à contagem de Acervos, contando em dobro licenças especiais não usufruídas.

Esses servidores sempre tiveram informações de que seus direitos adquiridos seriam preservados, não obstante as modificações da Reforma Previdenciária, como de fato foram preservados em vários aspectos.

Não é demasiado lembrar aqui que o direito de contagem de Acervo de serviço público em dobro do servidor, até 15.12.98, é um direito líquido e certo de todos os servidores públicos estaduais, e deve ser preservado.

REQUERIMENTO Nº 433

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja oficiado o Secretário de Saúde do Estado do Paraná, Senhor Armando Raggio, convocando-o a vir a esta Casa prestar esclarecimentos sobre o surto de cólera que atinge o litoral do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.04.99.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se pela necessidade de obter-se melhores informações

sobre as causas e medidas que estão sendo tomadas pelo Governo do Estado através da Secretaria de Saúde, visando solucionar o grave problema sanitário que assola o litoral paranaense, com risco de se alastrar para outras regiões do Estado, e mesmo estados vizinhos.

REQUERIMENTO Nº 409

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, envio de expediente ao Ilmo. Sr. Paulino Dalmaz, Diretor Geral do DER - Departamento de Estradas de Rodagem, solicita a construção da ponte que liga duas das mais densas populações do Município de Colombo, a região do Guaraituba e a Alto Maracanã.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regime desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.04.99.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 410

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, envio de expediente ao Ilmo. Sr. Paulino Dalmaz, Diretor Geral do DER - Departamento de Estradas de Rodagem, solicita a sinalização e segurança na Rodovia da Uva, principalmente no trevo de acesso ao bairro do Jardim Osasco, no Município de Colombo, por ser inviável no momento a colocação de semáforo, devido ao fluxo de veículos pesados, pois poderá ocasionar engavetamento e colisões.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regime Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.04.99.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 412

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Carlos Afonso Teixeira de Freitas, Diretor Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, solicitando a instalação de torneiras domiciliares no bairro Zumbi dos Palmares no Município de Colombo, pois no momento apenas existe torneiras comunitárias.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regime desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, 06.04.99.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 413

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Senhor Heinz Georg Herwig, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a recuperação da Estrada da Graciosa com pavimentação asfáltica, no trecho entre os bairros do Atuba e o Parque Castelo Branco, dado a dimensão de importante via histórica e ecológica, bem como para o grande fluxo de veículos que serve a várias empresas da região tais como a Fábrica de Móveis e Colchões Ronconi, o Centro de Treinamento do Coritiba Football Club e outras.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regime desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.04.99.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 414

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, da Secretaria de Estado dos Transportes, a pavimentação com pedras irregulares do trecho de 07 (sete) quilômetros, concluindo a ligação do distrito de Planalto a Cidade de Nova Santa Rosa.

Sala das Sessões, em 06.04.99.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se devido ao fato de a Secretaria de Estado dos Transportes ter concluído 08 (oito) quilômetros da referida pavimentação, ou seja, a obra está inacabada. Os agricultores que se deslocam do distrito de Planalto a Cidade de Nova Santa Rosa continuam com problemas de locomoção. A situação se agrava nos dias de chuva, quando é constante a formação de atoleiros no trecho de 07 (sete) quilômetros que falta ser pavimentando com pedras irregulares.

A conclusão total dos 13 quilômetros irá auxiliar de forma significativa e direta no escoamento da produção agropecuária da região, beneficiando ainda diretamente centenas de produtores rurais. Além disso, o distrito possui várias empresas do ramo de cerâmica em atividade, que também encontram problemas no escoamento da produção da localidade para a Cidade de Nova Santa Rosa e municípios vizinhos.

REQUERIMENTO Nº 426

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expedi-

ente à Sra. Fany Lerner, Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, reforçando a solicitação de liberação de recursos financeiros da ordem de R\$5.000,00 para aquisição de equipamentos para a Cozinha Comunitária da APMI do Município de Jundiá do Sul.

Sala das Sessões, em 06.04.99.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Conforme documentação anexa, protocolada por nosso Gabinete Parlamentar junto à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, sob nº 3.999.858-0, em data de 31 de março do corrente, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI de Jundiá do Sul, necessita de recursos financeiros da ordem de R\$5.000,00 (cinco mil reais) para a aquisição de equipamentos para a cozinha comunitária do município.

Esta iniciativa de caráter social, virá contribuir com o trabalho que já vem sendo realizado pela instituição junto às famílias carentes do município, motivo pelo qual, rogamos a aprovação deste Requerimento pelos nobres Pares.

REQUERIMENTO Nº 427

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Sra. Fany Lerner, Presidente do PROVOPAR, reforçando a solicitação de construção e liberação de equipamentos de uma creche através do Programa "Vale Creche" para o Município de Jundiá do Sul.

Sala das Sessões, em 06.04.99.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Conforme documentação anexa, protocolada por nosso Gabinete Parlamentar junto ao PROVOPAR, sob nº 3.999.860-2, em data de 31 de março do corrente, a Prefeitura Municipal de Jundiá do Sul objetiva atender uma média de 100 (cem) crianças na faixa etária de 0 a 6 anos e cerca de 200 adultos (pais e mães), todos pertencentes às famílias carentes da cidade.

Esta iniciativa de caráter social, virá contribuir com o trabalho que já vem sendo realizado pela instituição junto às famílias carentes do Município, motivo pelo qual, rogamos a aprovação deste Requerimento pelos nobres Pares.

REQUERIMENTO Nº 436

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante

Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Sra. Wilma Bello, residente à Rua José Dunainski nº 936 - Jardim Paraíso, que pede, em nome dos moradores vizinhos, a troca de lâmpadas queimadas dos postes dessa rua. Afirma a Sra. Wilma que os moradores pagam a taxa de iluminação pública e há mais ou menos três anos que as lâmpadas estão queimadas e não foram substituídas. Solicita a troca urgente em toda a extensão da rua pois a mesma encontra-se às escuras, dificultando o trânsito dos trabalhadores que voltam à noite para suas residências, além dos assaltos que podem ocorrer. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 757-2110 - Ramal 30 (comercial).

Sala das Sessões, em 06.04.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 437

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da Sra. Maria Marlene Lima Domanski, que pede a colocação de mais um poste de iluminação pública no final da Rua Budapeste, proximidades do nº 242 - Rio Verde. No final da rua tem um terreno baldio e a escuridão favorece a utilização do mesmo pelos usuários de drogas, tornando o local muito perigoso. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 763-4966.

Sala das Sessões, 06.04.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 438

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Rua Três - Moradia Heleron - Jardim Futurama - Bairro Umbará, devido nessa rua funcionar um bar freqüentado por maus elementos, os quais, além do som alto de seus carros, ficam provocando os moradores das proximidades. A situação é crítica, os moradores não têm sossego e pedem o referido policiamento a fim de proporcionar segurança para a comunidade.

Sala das Sessões, em 06.04.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 439

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido da Sra. Enima de Lemos Pereira, residente à Rua Floriano Lindes nº 102 - Conjunto Privê - Vila Amélia, a qual pede providências urgentes quanto a falta de um sistema de escoamento das águas pluviais nesse conjunto. Os alagamentos são constantes ao chover, dificultando o acesso de pedestres e veículos. Pede também a limpeza das valetas e reparos na referida rua. Se necessário recomendamos contato com a requerente pelo telefone 869-7336.

Sala das Sessões, em 06.04.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 432

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e Turismo, Sr. Ney Leprevost, solicitando o envio a esta Casa de Leis de documentos contendo as seguintes informações:

1. Relação completa de obras constantes do "Programa Costa Oeste" que foram objeto de contrato entre a Secretaria de Esporte e Turismo e a Empresa Itajuí Engenharia de Obras Ltda.

2. Cópia dos Contratos firmados entre a Secretaria de Esporte e Turismo e a empresa Itajuí Engenharia de Obras Ltda.

3. Descrição da situação atual da obra (concluída, em andamento, interrompida) e do Valor previsto e montantes já pagos por obra executada, em andamento ou interrompida.

Sala das Sessões, em 06.04.99.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 429

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos anais da Assembléia Legislativa do Estado, do discurso proferido pelo Dr. Renê Ariel Dotti, na ocasião da posse da Dra. Regina Helena Afonso de Oliveira Portes, no Cargo de Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.04.99.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A Dra. Regina Helena Afonso de Oliveira Portes, foi merecidamente empossada no Cargo de Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Na ocasião, o professor Renê Ariel Dotti, profériu, em nome da Ordem dos Advogados do Brasil (secional paranaense), brilhante discurso exaltando o trabalho desenvolvido ao longo da carreira da Desembargadora, e que ora solicitamos que seja registrado nos anais desta Casa de Leis.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 136/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná a implantar na Circunscrição Regional de Trânsito de Maringá uma Junta Administrativa de Recursos e Infrações - JARI.

Art. 2º - O Governo do Estado do Paraná baixará, por decreto, as normas complementares e o Regimento Interno da JARI, necessários para cumprimento da presente lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 06.04.99.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

As Juntas Administrativas de Recursos e Infrações do Departamento Estadual de Trânsito, comumente chamadas de JARIs, têm como finalidade julgar, em grau de recurso, as penalidades aplicadas pela autoridade estadual de trânsito a motoristas infratores.

O Regimento Interno das JARIs, aprovado pelo Decreto Governamental nº 3.316, de 14.03.73, tem vigência até hoje, a despeito da nova lei federal sobre o trânsito.

Hoje, no Departamento Estadual de Trânsito, com sede na Capital do Estado, funcionam quatro JARIs, com processos oriundos de todo o Estado do Paraná.

O novo Código Nacional de Trânsito impõe um prazo de 30 dias para julgamento dos recursos contra multas e penalizações aplicadas contra motoristas que infringiram a legislação de trânsito.

A morosidade nos julgamentos prejudica quem está aguardando avaliação do recurso protocolado. Companhias de Seguro não estão pagando proprietários de veículos que tiveram perdas parciais ou totais de veículos e que tenham processos pendentes no DETRAN Estadual.

O Jornal "Gazeta do Povo", de Curitiba, do dia 21.03.99, publicou matéria sobre o assunto, intitulada: "Juntas de Infrações atrasam julgamento de multas".

Segundo esse jornal, as quatro Juntas Administrativas de Recursos e Infrações (JARIs) não estão conseguindo dar conta do volume de processos que recebem para avaliar. Por essa razão, as decisões não estão sendo dadas no prazo previsto pelo CONTRAN. As decisões estão demorando até 120 dias, segundo informou um dos conselheiros de uma das JARIs. As JARIs não conseguem dar conta dos 200 processos que chegam diariamente. As condições de exame diário é de, no máximo, 130 processos. O excedente vai acumulando nas JARIs.

O presente Projeto de Lei, autorizatório, tem como meta desafogar o trabalho das JARIs da Capital, descentralizando decisões para a CIRETRAN de Maringá, referentes a processos de sua jurisdição.

Hoje a CIRETRAN de Maringá atende 11 (onze) Municípios, a saber: Dr. Camargo, Floresta, Itambé, Ivatuba, Mandaguaçu, Marialva, Maringá, Ourizona, Paçandu, São Jorge do Ivaí e Sarandi. Isso equivale a um universo populacional de mais de 600 mil habitantes.

A CIRETRAN de Maringá recebe uma média de 30 (trinta) processos diários de recursos de infrações, que são remetidos às JARIs de Curitiba. Esse volume tende a crescer anualmente, devido a dois fatores: 1º) são licenciados diariamente 35 carros novos na CIRETRAN de Maringá, com um aumento de mais de 9 mil carros por anos; 2º) as transferências de carros por ano chegam a 50 mil na mesma CIRETRAN.

A instalação de uma Junta Administrativa de Recursos e Infrações em Maringá, além de dar mais condições aos usuários da Região, com agilização dos processos de recursos e infrações, é fator preponderante para melhoria do trânsito da região e, conseqüentemente, de maior segurança da população.

O Regimento Interno da JARI da CIRETRAN de Maringá será objeto de decreto governamental, o mesmo acontecendo com normas legais para instalação dessa JARI.

PROJETO DE LEI Nº 149/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção à Maternidade e Infância do Município de Tapejara - APMI.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.04.99.
(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, justifica-se, tendo em vista que a referida entidade, Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Tapejara, desde há muito tem atendido às necessidades de toda a comunidade carente daquela Cidade.

Em especial, a Associação atende às mães e filhos que necessitam de um acompanhamento, além do material até psicológico.

A Certidão, ora requerida vem de encontro aos anseios de toda uma coletividade, vez que assim estará habilitada para poder congrega recursos de diversas fontes que irão financiar projetos assistenciais.

PROJETO DE LEI Nº 150/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, autorizado a doar ao Município de Ibiporã, a área de terra compreendida pela transcrição nº 2427 de 16 de abril de 1940, com benfeitorias, havida do Espólio do Dr. Francisco Gutierrez Beltrão, por doação em 06.11.1939, medindo 19.370 m², situada às margens da BR-369 entre Ibiporã e Londrina.

Art. 2º - A presente doação destina-se exclusivamente à instalação de atividade econômica, tanto de transformação quanto comercial.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.04.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A doação citada, Senhor Presidente e Senhores Deputados, está encravada na área Industrial de Ibiporã, às margens da BR-369 ao Norte, e ao Sul o desvio da linha férrea, constituindo-se, portanto, em área ideal para implantação de unidades fabris.

Cabe lembrar que a área objeto de doação passou ao domínio do Estado pela cessão gratuita do colonizador Dr. Francisco Gutierrez Beltrão, e até a presente data não teve utilização que justifique a manutenção em posse do Estado, ainda mais se considerarmos que as áreas destinadas a industrialização no município são escassas, e esta se apresenta de forma privilegiada, com certeza, gerará empregos, tributos e riquezas.

PROJETO DE LEI Nº 151/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública "Creche Semente da Paz - Associação dos Amigos da Criança", com sede e foro na Cidade de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.04.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Semente da Paz existe em função da necessidade de atendimento e assistência de várias crianças carentes na região de Londrina.

De acordo com o relatório de atividades anexo ao presente, as ações desenvolvidas pela Creche estão sendo baseadas no construtivismo e orientações da Pastoral da Criança. Há que se ressaltar que a Creche necessita de repasses de valores da parte de órgãos públicos municipais, estaduais e federais para conseguir manter o atendimento no nível que vem tendo até hoje, e, para poder se habilitar junto aos mesmos, precisa da lei de Utilidade Pública.

Portanto, por entender como justo e para atender ao que acima expus, conto com a aprovação da presente lei.

PROJETO DE LEI Nº 152/99

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Solar - ASSOLAR, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.04.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do Conjunto Residencial Solar - ASSOLAR, foi criada pelos moradores do Conjunto Residencial Solar, em 23 de julho de 1993, com o objetivo de desenvolver programas e projetos nas áreas da Assistência Social, da Educação, da Cultura, do Esporte e Lazer, entre outros, visando o desenvolvimento integral do ser humano. A Associação em apreço é pessoa jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos, e está registrada sob nº 13483 - Livro A de pessoas jurídicas, 1º Ofício de

Registro de Títulos e Documentos de Curitiba - Paraná, e devidamente cadastrada no CGC/MF nº 73.835.886/0001-67.

A Associação de Moradores do Conjunto Residencial Solar, além de desenvolver programas, visando a consecução de seus objetivos, coopera com organismos públicos e entidades congêneres, no desenvolvimento de programas, projetos e serviços de interesse comunitário, especialmente àqueles voltados às áreas assistencial e educacional.

Face ao exposto, e considerando o que a entidade em questão se propõe a realizar em prol das pessoas carentes e considerando ainda o que dispõe a legislação pertinente, sendo estas as razões que motivaram a apresentação deste projeto, visando ajudar a entidade em epígrafe, organizar-se e requerer junto aos órgãos públicos, recursos visando a consecução de suas finalidades.

PROJETO DE LEI Nº 153/99

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a criar, no Município de Fazenda Rio Grande, uma CIRETRAN - Circunscrição Regional de Serviços do Departamento de Trânsito - DETRAN.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.04.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da presente proposição é de proporcionar à comunidade da Fazenda Rio Grande um melhor atendimento, com a criação de uma CIRETRAN.

Tendo em vista o grande número de carros existentes no município, se faz necessária a criação da CIRETRAN para facilitar e melhorar o serviço para a população.

Assim sendo esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Nereu Moura, que requer à Mesa para que seja ouvido por 5 minutos, um dos integrantes da Comitativa que vem visitar a Assembléia e está aqui com essa manifestação em frente ao Palácio, e a Mesa entende que, por 5 minutos, irá ouvi-lo.

Com a palavra o Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor Presidente, então, Vossa Excelência abre um precedente aqui, aliás, abre a oportunidade para que o representante do comércio dos municípios que foram atingidos pela usina de Salto Caxias, pelo lago do reservatório de Salto Caxias, possa fazer uso da palavra e explicar aos Senhores Parlamentares o que está ocorrendo, inclusive ali na frente do Palácio estão concentrados, estão fazendo uma greve de fome. Então, é por isso que nós pedimos essa oportunidade e concedemos a palavra ao Madalosso, de Boa Vista da Aparecida.

O SR. VILMAR MADALOSSO

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

(Lê): "A COPEL - Governo do Estado, realizou com a construção da Usina de Salto Caxias, uma grande obra para o Estado do Paraná, com economia e boa administração.

Pagou dignamente as áreas atingidas pelo reservatório da Usina e reassentou 600 famílias dos atingidos. Só que a maioria destes reassentamentos foi nos Municípios de Cascavel, Catanduvas, Ibema, Campo Bonito, mas nenhum em Alto Alegre do Iguaçu ou em Boa Vista da Aparecida e Cruzeiro do Iguaçu. Reassentou em Três Barras do Paraná, 27 famílias mas retirou 309, reassentou 32 famílias em Nova Prata do Iguaçu, mas retirou 237. Este é o número dos reassentados, mas ainda, retirou dos municípios 372 famílias que receberam cartas de crédito e compraram terras em outros municípios da região.

O reassentamento é exemplar, não só para o Estado mas, também para o País, que enriqueceu os municípios que receberam as famílias dos reassentados, empobrecendo, porém, os municípios atingidos.

Merecem elogios, pois sabemos fazer os reassentamentos e as indenizações dos atingidos, porém para que todo o êxito fosse completo, falta a COPEL honrar o compromisso assumido com os comerciantes da região. Ressarcir os prejuízos causados aos comerciantes e prestadores de serviços dos municípios atingidos, não pelos prejuízos passados, pois como é sabido, na época das indenizações o comércio dos municípios sentiu muita euforia (se gastava bastante) e com o pessoal da obra o comércio tinha bons negócios. Porém, com a saída da população, estas economias foram desarticuladas.

A COPEL diz que paga se houver prejuízos devidamente comprovados. Ora, durante os anos passados todas as empresas obtiveram lucros e a COPEL sabe disto pois fez o cadastro, mal feito é lógico, de 815 comerciantes e prestadores de serviços e apurou estes resultados. Porém, os prejuízo advieram a partir da saída da população,

com o movimento do reservatório, a partir de meados de 1998.

O que se quer então é que a COPEL venha a ressarcir aos comerciantes e prestadores de serviços, não por perdas passadas, mas por prejuízos futuros, em critérios devidamente estudados e exaustivamente discutidos com estas classe, tomando-se por base os valores já pagos aos comerciantes e prestadores de serviço dentro dos 1500 metros do entorno do lago, cumprindo, então, o compromisso firmado no termo GEN-CX dos critérios para compensação financeira das atividades comerciais além dos 1500 metros, tendo como área de abrangência o município. Sendo que para empresas pequenas se pagaria o equivalente a 3 SM mensais, pelo período de 3 anos (o que a COPEL não vem cumprindo).

Ora, se todas as ações feitas pela COPEL nas indenizações, nos reassentamentos, nas cartas de crédito, foram batizadas em critérios estabelecidos pelo GM-CX, perguntamos: Por que só agora a COPEL alega não ter respaldo para ressarcir os comerciantes?

Por que não respeita, agora, então, os critérios estabelecidos no último GEN-CX, fls 5 e 6? Por que só agora a COPEL alega não ter respaldo jurídico? Então, com que critérios indenizou os comerciantes dos 1500 metros?

Senhores Deputados, quando recorremos ao Projeto de Lei nº012/99, ora na C.C.J., acreditamos estar buscando em caráter definitivo, a solução para os impasses criados. Porém, pelo que sentimos, por ser este um projeto autorizatório, o mesmo não surtirá os efeitos esperados.

Ao tomarmos a medida de greve de fome para mostrarmos aos Senhores Deputados que cremos terem ainda sentimento cristão, que a COPEL e o Governo só querem, mais uma vez, nos enrolarem e aquele povo não aguenta mais.

Chega de conversas fiadas e por isto vimos a este plenário mais do que pedindo, implorando a força dos Senhores para a solução imediata do impasse existente.

Muito obrigado".

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não havendo oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças.

Liderança do PL, PSDB. **Declinam.**

Pela Liderança do PMDB, com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Entendo que tudo aquilo que já foi dito aqui no dia de ontem pelo Deputado Nereu Moura, da

nossa bancada do PMDB, o que foi dito aqui em outras oportunidades pelo Deputado Irineu Colombo, da bancada do Partido dos Trabalhadores, e, o que foi agora explanado pelo representante dos comerciantes atingidos pela usina de Salto Caxias, entendo que já é suficiente para cada um de nós fazermos o nosso juízo e hipotecar a nossa solidariedade e tenho certeza que o nosso trabalho, não só do PMDB mas de todos os partidos desta Casa no sentido que a COPEL, o Governo do Estado, possam, de uma forma definitiva, encontrar uma solução para este problema que vem se alongando em busca de uma solução há bastante tempo.

Na legislatura passada, os comerciantes, as pessoas atingidas pela usina de Salto Caxias e que não tiveram uma solução satisfatória, aqui estiveram. Lembro-me do Deputado Irineu Colombo se pronunciando, do Deputado Nereu Moura e do Deputado Augustinho Zucchi também.

Então, parte da bancada do PMDB, na pessoa do Deputado Nereu Moura, têm os nossos companheiros da região Sudoeste do Paraná atingidos pela barragem da usina de Salto Caxias todo apoio e solidariedade e tenho certeza que o Deputado Nereu Moura, na condição de Presidente da Comissão de Terras, e integrante da nossa bancada do PMDB saberá conduzir em nome da nossa bancada todas as ações que se fizerem necessárias.

Mas venho, Senhor Presidente, à tribuna para rapidamente falar de dois assuntos que tive o privilégio de ouvir também as explicações do programa que todas as manhãs o nosso amigo, companheiro, Deputado Algaci Túlio, apresenta na Rádio Clube Paranaense.

O primeiro deles, sem sombra de dúvida, é um assunto que toma conta de todas as manchetes e noticiários do Paraná e certamente do Brasil, é a presença do vibrião colérico em Paranaguá e a presença já de centenas de casos de cólera em meio à população. Em meio a tanta coisa que tem se falado, o que mais preocupação nos tem causado, além da presença da doença em Paranaguá, são declarações do governo do Estado, de integrantes do governo do Estado dizendo que o governo do Paraná não tem responsabilidade em relação ao abastecimento de água com Paranaguá e que não tem responsabilidade com a questão do esgoto e com o tratamento do esgoto sanitário.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, isto me causou realmente um arrepio danado, porque vamos dizer que por ser a CAGEPAR, Companhia de Água e Esgoto de Paranaguá, outrora, se não me falha a memória, do município e agora privatizada, vamos dizer que por ser a CAGEPAR privatizada e outrora do município, que o Governo do Paraná não tivesse responsabilidade com a água e com o esgoto sanitário de Paranaguá. Vamos dizer que

não. Mas onde estaria a responsabilidade do governo em relação à vigilância sanitária? Esta sim, uma responsabilidade sua, indelegável. Onde está a responsabilidade do governo com a questão da vigilância sanitária?

Sabemos que tramitou nesta Casa e nós estamos buscando nos Anais da Assembléia, tramitou nesta Casa a votação de um empréstimo junto ao Banco Japonês prevendo a contratação de, se não me engano, 220 milhões de dólares para o programa de saneamento PARANASAN e certamente que este programa PARANASAN vinha com um enfoque mais voltado para o litoral paranaense. Será que Paranaguá, após perder as nossas praias, deixou de ser considerado como litoral paranaense? É considerado hoje apenas como uma baía, então a baía de Paranaguá não tem mais o litoral? Será que o governo não podia e nós vamos estudar melhor esta questão do PARANASAN para ver a justificativa que o governo apresentou quando do empréstimo, porque as alegações que se faz, os comentários que se faz é de que o governo não poderia utilizar recursos do PARANASAN em Paranaguá porque a responsabilidade pelo abastecimento de água era da CAGEPAR e do tratamento de esgoto.

Paranaguá é um dos municípios que além de ser o primeiro do nosso Estado, tem particularidades que outros municípios do nosso Estado não possuem, afinal de contas ele é a porta de entrada do nosso Estado e de saída, conseqüentemente, das nossas exportações, e pela sua configuração de baía, pela sua configuração de município litorâneo, de município portuário, tem particularidades e peculiaridades que são dele, Paranaguá, exclusivamente.

Então, cabe sim, ao Governo do Estado, dentro desta particularidade, dentro desta peculiaridade, uma atenção especial.

Então, causou-me, Deputado Algaci Túlio, realmente muita apreensão quando ouvi de alguns setores do governo, quando li alguma coisa dizendo que o Governo do Paraná não teria responsabilidade com o saneamento porque não era dele a CAGEPAR.

Acho que isto não tem sentido, um Governo que pretende agir com seriedade em defesa dos interesses maiores da população tem que no mínimo zelar pela questão da vigilância sanitária, porque, se formos ver aqui em Curitiba, dar uma percorrida, qualquer um dos bares, lanchonetes da nossa cidade curitibana, a todo instante, a toda hora é visitado por um vigilante, por um agente sanitário que vai lá ver se não tem uma barata andando por aqui, um ratinho andando por lá, se as pessoas usam luvas, se usam boné, porque estão manipulando com alimentos e a vigilância sanitária tem que cumprir o seu papel. E no caso de Paranaguá, onde milhares e milhares de pessoas acorrem semanal-

mente, onde milhares de caminhões chegam diariamente trazendo produtos dos mais diferentes rincões desse país e desse continente, o Governo do Estado não poderia, não poderá certamente se omitir, pelo menos da questão da vigilância sanitária, para impor, se for o caso, à CAGEPAR as condições de tratamento dos rios, a condição de tratamento que é servida à população.

O Sr. Valdir Rossoni

Vossa Excelência me concede um aparte?

Deputado Pessuti, quando V.Exa. fala da questão do cólera e da questão de Paranaguá, queria colocar que essa questão do saneamento e do tratamento de água de Paranaguá não vem de hoje, é um problema que vem do tempo de Ney Braga, segundo informações, e de que o município assumiu a questão do tratamento da água e do saneamento.

Se não me falha a memória, não tenho aqui os dados por escrito e não quero afirmar a data que isto ocorreu, há um ano atrás, há dois anos atrás, houve uma concorrência pública para ver quem seria o responsável e assumiria o saneamento e o tratamento da água de Paranaguá, só para que V.Exa. tenha idéia, a SANEPAR de pronto entrou na concorrência, e ela foi desqualificada, não deixaram que a SANEPAR participasse da concorrência para hoje estar responsável pelo tratamento da água e pelo saneamento.

Vossa Excelência também sabe que há muito tempo, e não sou um "expert" em Paranaguá, mas tem Deputados aqui que o são, as informações que recebi hoje é que lá existe um sistema do tipo de filtro que se coloca nas águas de Paranaguá, e não é do nosso governo, de vários governos, e colocam esse filtro para melhorar a qualidade da água. E a partir do momento que surgiu a cólera em Paranaguá foram feitos os exames nos canais mais poluídos de Paranaguá e por incrível que pareça não apareceu o vírus do cólera nesses filtros.

O Governo do Paraná, quero tranquilizar V.Exa., tomou todas as providências possíveis, estamos acompanhando de perto; prova disso que fazem, desde o dia que apareceu o cólera, a Secretaria de Saúde se deslocou com todo o seu aparato para Paranaguá, está sob controle, graças a Deus não houve mais nenhum óbito devido o cólera, há mais de doze dias, e esperamos controlar esse surto.

É importante que se diga que hoje, não é a responsabilidade do cólera ou de qualquer outra questão, mas a responsabilidade do tratamento da água e do saneamento de Paranaguá não é responsabilidade da SANEPAR.

Gostaria de colocar essa posição para V.Exa. para que tivéssemos conhecimento dos procedimentos que a Secretaria de Saúde hoje está tomando

e está procurando fazer o possível e o impossível para conter esse surto e que não venha a se espalhar por outras regiões do Estado ou do próprio País.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço o aparte Deputado Valdir Rossoni. E como anteriormente havíamos dito, sabemos que não é a SANEPAR responsável pelo tratamento da água, pela coleta, tratamento e destinação do esgoto sanitário de Paranaguá. O que não podemos aceitar é que esse argumento prevaleça em cima dos demais argumentos que têm que ser considerados neste momento.

O Sr. Valdir Rossoni

Por isso que o governo está tomando as providências.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Porque a vigilância sanitária, Deputado Valdir Rossoni, é de responsabilidade do Poder Público, é da Secretaria da Saúde.

Vossa Excelência fala do controle das águas - quero dar só um dado a Vossa Excelência, o Secretário Hitoshi Nakamura teria afirmado que em Paranaguá ele estaria duplicando os pontos de coleta e monitoramento da qualidade das águas e dos rios. A informação que temos é que apenas três pontos de coleta eram mantidos pelo governo do Estado. Cada ponto desse deveria custar uns 50 reais a cem reais por mês, para fazer esse monitoramento, essa coleta. E, que agora, numa atitude bastante arrojada aumentou para sete pontos de coleta, para verificar a qualidade da água.

Quero dar a Vossa Excelência - pelas informações que temos de pessoas que atuaram nesse setor -, durante o governo do Álvaro Dias, quando a SUREHMA ainda existia no Paraná, no rio Passaúna, aqui dentro de Curitiba - que deve ter menos problemas do que o Rio Imboquaçu, lá de Paranaguá -, tínhamos 25 pontos de coleta e monitoramento da qualidade da água, para se ter uma idéia da diferença e da importância a que se atribui nessa questão desse governo em relação àquilo que fazia o governo de Álvaro Dias com a SUREHMA, aqui, no rio Passaúna.

Temos coisas que deixaram de ser feitas e que acarretaram isso. Temos um problema sério. A epidemia, como disse o Secretário Armando Raggio - não vi a sua entrevista, hoje -, está sendo combatida com muita vontade por parte da Secretaria da Saúde. O secretário merece ser enaltecido por nós nesse momento, mas o governo do Estado não pode passar à população, que não tem responsabilidade nenhuma, porque o problema é da CAGEPAR, porque ninguém sabe no Paraná quem é a CAGEPAR.

Todos sabemos que Paranaguá sofrerá ao longo de muito tempo perdas, talvez irrecuperáveis. O nosso litoral perderá significativamente, porque daqui a pouco lá no Mato Grosso, em São Paulo, no Mato Grosso do Sul e no Paraguai, alguém irá dizer que não vai à Praia de Leste porque tem o cólera, e vai para lá pra Santa Catarina, para o Nordeste.

Daqui a pouco, alguns navios deixarão de atracar aqui, em Paranaguá, com medo do problema.

Presidente, já estou com o meu Horário da Liderança estourado.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Cedo o horário do PFL para a gente continuar esse debate que acho de fundamental importância.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O Deputado Luiz Carlos Alborghetti fala, naturalmente, em nome da Liderança do PFL.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Estando no Horário da Liderança do PFL, concedo ao Deputado Ângelo Vanhoni o aparte.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Deputado Pessuti é só para contribuir para o debate, apenas uma interrogação, que acho que faz parte desse debate. Vi o Governador do Estado do Paraná nas manchetes de todos os jornais de hoje, em companhia do Prefeito Mário Roque e do Secretário da Saúde, Armando Raggio, visitando a Cidade de Paranaguá. Vi relato feito pela imprensa, de que na entrevista coletiva, é o debate que se estabeleceu na Cidade de Paranaguá e o Luiz gerald Mazza comentava, para saber se o vibrião do cólera era do município, do Estado, do Brasil ou do resto do mundo, porque o governador atribuiu a responsabilidade ao prefeito. O prefeito atribuiu a responsabilidade ao governador. É um debate surrealista, enquanto tem aí uma epidemia que, segundo informações, podem chegar a 800 casos de cólera no litoral. O vibrião já foi identificado no canal da Inhanha, no Rio Imboguacu, na Ilha dos Valadares, e parece que já foi identificado também no Pontal do Paraná e no Balneário de Shangrilá. Quer dizer, na realidade, toda a Bahía de Paranaguá pode estar contaminada em função da possibilidade da proliferação do vibrião do cólera na água.

Assisti esse debate, preocupado, a respeito do que o governador suscitou, que é o debate que o Deputado Valdir Rossoni reintroduz aqui hoje, nesta Casa, a respeito do problema da vigilância sanitária.

O Município de Paranaguá tem o abastecimento de água privatizado, que é a antiga CAGEPAR, que era uma empresa pública do

Município de Paranaguá, que foi privatizado e transformou-se no Águas Paranaguá.

Me pergunto: "Será que quando a SANEPAR concluía o seu processo de privatização, se tiver algum problema em qualquer município do Estado do Paraná, do ponto de vista da vigilância sanitária, vamos aqui debater a responsabilidade de quem? Vamos fazer a mesma pergunta que o governador fez ao prefeito? "Escuta, mas vocês privatizaram, por quê?, a responsabilidade é de quem?"

Acho que esse debate a respeito da privatização da água em Paranaguá abre para a Assembléia Legislativa, a necessidade de que a gente rediscuta uma atividade tão importante, tão essencial na vida humana, que é o abastecimento, a coleta de esgoto, da possibilidade da reversão desse provesso de privatização de uma empresa que todos sabemos, era uma empresa exemplo para o Estado do Paraná e para todo o resto do Brasil, como a SANEPAR sempre foi no nosso Estado. Não queremos que aconteça para o resto do Paraná, mas infelizmente está acontecendo.

E para concluir, concordando com Vossa Excelência, acho que nesse momento, o governador não tem que perguntar se o vibrião é do município, do Estado ou é da Nação. Acho que o governador do Estado do Paraná deve se preocupar no sentido de concentrar todos os esforços e dispende os recursos financeiros necessários para que Paranaguá saia desse estágio de subnutrição, de abandono completo que vive a Cidade de paranaguá. E que lá sejam alocados recursos que essa cidade merece. Recursos para o saneamento básico, para a infraestrutura urbana, para o desenvolvimento daquela gente que lá mora.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço Vossa Excelência, Deputado Ângelo Vanhoni, que presta esclarecimentos adicionais ao nosso pronunciamento e que são muito importantes.

Concedo aparte ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O Sr. Luiz C. Alborghetti

Concordo com Vossa Excelência quando diz que o Secretário Armando Raggio está fazendo um esforço muito grande, realmente.

Hoje recebi uma série de informações, coloquei minha equipe a campo e está chegando agora à tarde uma série de representantes do Ministério da Saúde.

Eu, como sou um Deputado muito independente na minha maneira de pensar, desde o nosso primeiro mandato, Deputado Pessuti, eu, o Deputado Algaci, Ângelo Vanhoni, Vossa Excelência,

outros parlamentares, sempre falávamos aqui: vamos olhar por Paranaguá, vamos olhar pelo litoral do Paraná. Quantas vezes subi naquela tribuna: quem tem que ser o presidente do Porto de Paranaguá é um parnanguara aquele que conhece os problemas do Porto de Paranaguá. Quem tem que ser o responsável pelo Porto de Antonina é alguém que mora em Antonina, que conheça os problemas de Antonina.

Então, Vossa Excelência vê, estou falando com a alma, com o coração. Temos as praias mais lindas do Sul do País. Com todo o respeito ao Rio, a Santa Catarina. O que me preocupa agora são as duas pistas que estão sendo feitas daqui a Balneário Camboriú Florianópolis. Com esta epidemia daqui a pouco está todo mundo sumindo do nosso litoral. Temos Matinhos, temos os balneários, Guaratuba.

Enfim, não podemos plantar terrorismo agora. Nem eu, nem Vossa Excelência. Vossa Excelência não está plantando terrorismo, mas ninguém deve. O que que o governador tem que fazer? Como diz o Deputado Ângelo Vanhoni, o governador tem que injetar recursos, tem que injetar dinheiro, para resolver esse problema imediatamente, para que esse surto não acabe com o litoral do Paraná e também não acabe entrando na Capital do Estado, indo para o Vale do Ivaí, indo para Cascavel, para Londrina.

Só queria deixar patenteado aqui. Acho de profunda reflexão o seu pronunciamento, concordo com o Deputado Ângelo Vanhoni. Mas queria deixar registrado aqui nessa Casa. Desde o nosso primeiro mandato, eu e o Algaci Túlio, sempre subimos nesta tribuna, e brigamos pela cidade de Paranaguá, vamos olhar por Paranaguá, vamos olhar pela água de Paranaguá, vamos olhar pelos mananciais. Precisou acontecer toda essa tragédia, para agora acordar para a Cidade de Paranaguá. Quer dizer, primeiro tem que acontecer o desastre, para depois tentar resolver os problemas.

Então, é preferível que se resolva antes e não depois.

Conversei também com o Governador Jaime Lerner, que me disse que vai injetar recursos, tive a ousadia de ligar e ele me atendeu, disse que vai injetar recursos, para que realmente essa desgraça não se alastre em todo o litoral do Estado do Paraná.

Parabéns a Vossa Excelência por ter levantado esta problemática no nosso Parlamento.

Muito obrigado!

O SR. ORLANDO PESSUTI

Quero agradecer ao Deputado Alborghetti, porque sou testemunha do seu trabalho aqui na Assembléia em favor de todo o Estado do Paraná, e também em todos os assuntos do nosso litoral. Afinal de contas, temos nos encontrado seguidamente

no litoral paranaense, nem que seja na época de férias dos nossos filhos. Quer dizer, o litoral paranaense é o local que passamos as nossas férias, portanto convivemos com todos esses problemas.

É bom que se frise aqui, que outros Parlamentares, como o Deputado Nelson Justus, hoje presidindo a sessão, nosso vice-Presidente, Deputado Takayama, Deputado Seleme, ex-Deputado Fregonese, realmente têm vestido a camisa do litoral do Paraná. É bom que se diga também, Deputado Annibelli, foi um dos grandes baluartes em algumas coisas que aconteceram no litoral do Paraná no Governo Richa, do João Elísio, do Álvaro Dias, Ary Queiróz, do Roberto Requião e do Mário Pereira. A questão do esgoto sanitário, da beira-mar de Guaratuba, da beira-mar de Matinhos, Depois da beira-mar de Matinhos até Praia de Leste, da água tratada na Praia de Leste, Shangri-lá, Ipanema, chegando agora até Pontal do Sul.

Lamentavelmente, esse governo que aí está, preferiu gastar cem milhões de dólares nos Jogos da Natureza, e não gastou cem milhões de dólares em favor da natureza do litoral do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PT.

Com a palavra, o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Subo à tribuna hoje e estou assistindo, acho que como todo cidadão brasileiro, o debate que está acontecendo no Brasil inteiro a respeito de uma proposta do Presidente do Congresso, Senador Antonio Carlos Magalhães, da constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito a respeito do Poder Judiciário.

Vejo que esta proposta, que ganhou apoio dos Senadores da República, não teve o mesmo apoio na Câmara dos Deputados. No início das conversas foi proposto uma comissão mista. No entanto, uma divisão profunda dentro da base de apoio do governo de Fernando Henrique Cardoso, do qual Antonio Carlos Magalhães faz parte, não permitiu a instalação de uma CPI mista. Por várias razões.

A Câmara dos Deputados, através do Deputado Michel Temer, apressou a tramitação da proposta de reformulação do Poder Judiciário em nosso País.

A princípio, tenho a convicção de que esse é o caminho mais salutar para que possamos, em nosso País, aperfeiçoar o Poder Judiciário. Sobretudo do ponto de vista do controle externo por parte da sociedade, em função de um poder muito impor-

tante para a constituição da República em nosso País.

A Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado já é fato consumado. Os integrantes já deverão estar designados. Não há mais como Antonio Carlos Magalhães recusar essa proposta. E a constituição da Comissão Especial que trata da reformulação do Poder Judiciário também está instalada na Câmara dos Deputados.

Como essa CPI é abrangente, diz respeito a estrutura do Poder Judiciário como um todo, em todas as unidades da Federação. A proposta da Câmara Federal também diz respeito a reestruturação de todo o Poder Judiciário. As Assembléias Legislativas de todos os Estados do Brasil não poderão ficar de fora desse processo de discussão.

Tenho visto os cursos de Direito se mobilizarem. A OAB está se posicionando. As entidades de classe do Poder Judiciário estão se mobilizando. Esse debate já é público. E as Assembléias Legislativas dos Estados não podem ficar de fora.

Estou propondo hoje, através de um requerimento na Assembléia, que o Poder Legislativo do Estado do Paraná oficialize a participação do Poder Legislativo como um dos fóruns, no sentido de contribuir para a reformulação do Poder Judiciário em território nacional. A proposta vem no sentido que se crie uma Comissão Especial de sete membros aqui na Assembléia Legislativa, para atuar como um fórum aglutinador das propostas de emendas que possam modificar a Constituição do nosso País, no sentido do aperfeiçoamento do Poder Judiciário.

Espero contar com o apoio dos demais Deputados, e que a Assembléia Legislativa possa, a partir dessa Comissão, dar um tratamento especial, em função da relevância que esse debate assume na Nação, nos dias de hoje. Que a Assembléia possa dirigir e ser um palco de debates na sociedade em relação às necessárias medidas para o aperfeiçoamento do Poder Judiciário em território brasileiro.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Horário das Lideranças.

PSDB. PPB.

(Declinam)

Com a palavra, o Deputado Algaci Túlio, no Horário do PTB.

O SR. ALGACI TÚLIO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ainda dentro do tema levantado pelo Deputado Orlando Pessuti hoje nesta Casa, quero trazer mais alguns dados, para que se tenha conhecimento da questão do cólera, não só do Paraná, mas no Brasil. Mostrar que devemos realmente nos preocupar. É nesse sentido que, inclusive hoje, estou entrando

com um requerimento, nesta Casa, pedindo a formação de uma Comissão com cinco membros ou a critério da Mesa para seis ou sete, para que esta Casa possa acompanhar diretamente as ações que estão sendo tomadas e até mesmo as que não estão sendo tomadas ainda para que a Assembléia passe a exercer o seu papel de fiscalizador.

Esta Comissão - já estou mantendo contato com o Prefeito Roque - poderia iniciar já o seu trabalho, já que o assunto foi levantado aqui, hoje. Já numa primeira audiência, Deputado Orlando Pessuti, na Águas de Paranaguá que é hoje responsável pelo abastecimento de água no Município de Paranaguá e que também tem a responsabilidade de fazer o trabalho de saneamento básico.

Então vamos até Paranaguá na próxima quinta-feira às 11 horas da manhã, nesta visita a Águas de Paranaguá, para que possamos interpelar, para que possamos ouvir de diretores desta empresa quais são os programas que ela tem definido para esta ação com relação à questão do saneamento básico em Paranaguá. Porque ao que se sabe, também a questão da rede de água é bastante precária exatamente nesta área lá da Vila Guarani onde surgiram as primeiras vítimas do problema do cólera.

Então, é importante que se crie esta Comissão e é importante que a gente possa começar a trabalhar já em cima desta situação toda aí.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Peço um breve aparte.

(Assentimento)

Deputado Algaci, quero parabenizá-lo porque nestes dias todos temos debatido esta questão, não só a questão do cólera - que agora é emergente e é um drama não só para a cidade de Paranaguá, mas para o litoral todo e para o Estado do Paraná, mas os problemas todos do ponto de vista de infra-estrutura daquela cidade.

Então, acho que a formação de uma Comissão de 5 Deputados, 6 ou 7, como Vossa Excelência, está propondo e podendo "in loco", discutir, apresentar propostas, se reunir com os prefeitos, se reunir com os responsáveis pelo abastecimento de água, pela coleta de esgotos, ver os problemas que esta cidade tem do ponto de vista da sua estrutura e trazer para a Assembléia um relato dos problemas que estão elencados lá, acho que é o caminho neste sentido que a Assembléia pode trazer com uma comissão, trazendo esta discussão para o âmbito da Assembléia Legislativa.

Vossa Excelência está de parabéns, pode contar com o apoio do PT a essa sua proposta.

O SR. ALGACI TÚLIO

E tomo esta medida, Deputado Vanhoni, para que não fique parecendo que, de repente, pelo fato de que estive mais vezes em Paranaguá nestes dias, esteja querendo me aproveitar em cima de uma desgraça para tirar proveito político. Por isto que esta Comissão da Assembléia vai ter esta responsabilidade suprapartidária de poder analisar com muita tranquilidade, sem emoção política-partidária nesta situação.

Não se vai agora aqui à caça às bruxas. Acho que todos tiveram responsabilidade, esta Casa também teve, prefeitos que passaram na administração de Paranaguá também se esqueceram deste problema.

Como disse lá e Vossa Excelência é testemunha, quando o prefeito Roque lançou aquele movimento para criar um conselho de defesa de ação social e empresarial de Paranaguá eu dizia: Paranaguá viveu durante muitos anos com a questão só da visão do Porto de Paranaguá. Que era, na verdade, a galinha dos ovos de ouro. Paranaguá, praticamente era dominada pelo porto, tanto que tínhamos Cônsul do Paraguai lá em Paranaguá, que tinha muito mais prestígio na cidade do que o prefeito, que era da cidade de Paranaguá, ele tomava conta. Quer dizer, o Porto era a grande indústria de Paranaguá, hoje já não é mais! Então a galinha dos ovos de ouro já esta desaparecendo. Já não está dando tanto ovo assim, então tem que procurar outras alternativas.

Então é por esta razão que Paranaguá passa, hoje, por esta situação vexatória em função da questão do surto da cólera, por quê? Porque ninguém mais lembrou da questão do saneamento básico. Permitiram moradias, habitações em cima de fundos de vales em cima de canais que desagüam no mar, na Baía de Paranaguá, e quem esteve lá como eu estive, como a vice-governadora esteve, o governador ontem esteve e deve ter sentido e deve ter machucado, tenho certeza, o próprio governador, de ver a situação daquele povo que vive naquela miséria cheirando o dia todo aquela fedentina.

Imaginem na época do verão muito forte, quando Paranaguá, beira a quase 38, 40 graus, como é impossível suportar aquela situação.

Por esta razão, é que nós temos que debater à exaustão esta questão de Paranaguá.

Para chamar a atenção, quero aqui dizer mais uma vez, quando fiz o meu primeiro pronunciamento, ao voltar para a Assembléia, há 20 dias atrás, da questão dos mananciais, das invasões de áreas de mananciais, e que até fui incompreendido por parte da imprensa dizendo que eu estava apoiando as invasões, que eu estava defendendo os que colaboravam, porque alertava aqui que 6 pessoas haviam morrido, em consequência de choques elétricos por

ligações clandestinas, foi mal interpretada a minha informação, mas alertei para o problema todo.

Quem desce a Paranaguá todos os dias, pode ver logo depois do viaduto, ali onde tem o sinaleiro, logo após a Coca-Cola, do lado direito, já tinha uma aglomeração de casas em cima de uma área de mananciais, que o Ministério Público, que tantos problemas cria, às vezes para liberar uma área para o complexo industrial empresarial, fecha os olhos aqui, "as barbas" de Curitiba na entrada de nossa cidade.

Queria dizer mais ainda alertar já, duas cidades passam por esse problema em que a água e o saneamento não é de responsabilidade da SANEPAR, Paranaguá, já comprovado isso, e o município de Rio Branco do Sul, que é a minha terra natal. Já tentei, levei o prefeito a SANEPAR. A SANEPAR chegou até entrar, a exemplo de Paranaguá, entrou também numa licitação e foi barrada. Foi barrada a SANEPAR também na manifestação em Rio Branco do Sul. Logo, vamos ter também lá algum surto de malária, de qualquer outro tipo de epidemia, de cólera também, porque lá também a situação é grave nesta questão de saneamento básico.

Tenho aqui um levantamento feito pela Fundação Nacional de Saúde, onde mostra os quadros da cólera, que não é coisa de hoje.

Por exemplo, o Brasil teve em 1991, 2103 casos de cólera confirmados, com 33 mortes, e a área mais atingida nesta época foi a região do Norte do Brasil.

Em 1992, 37.572 casos de cólera, atuação maior, Norte do Brasil e Nordeste, só para se ter uma idéia, Pernambuco teve 9 mil casos em 92, Paraíba, 3 mil, Alagoas, 4 mil casos e a Bahia teve 8 mil casos de cólera, com total de 99 pessoas mortas.

Em 1993, 60.340 casos de cólera no Brasil, com 670 pessoas mortas, mais uma vez Norte e Nordeste do País deram aqui essa contribuição negativa.

Em 1995, 4.954 casos confirmados com 96 mortes, também mais uma vez Norte e Nordeste.

Em 1996, 1017 casos com 26 mortes.

Em 1997, subiu para 2927 casos com 50 mortes.

Em 1998, 2695 casos confirmados, com 29 óbitos.

Em 1999, tivemos 849 casos verificados no Nordeste do Brasil com 19 óbitos, agora aqui, infelizmente na estatística já vai constar o Paraná, com já 3 casos oficiais de morte e com mais de 280 casos já confirmados também.

Então, são esses números que nos temos aqui da Fundação Nacional de Saúde, que nos preocupa, que nos chama a atenção, e por isso, Sr. Presidente, fiz um requerimento para que se forme esta comissão, e que a gente passe a atuar imediatamente, para que esta Casa não passe por omissa, até porque,

para dar resposta ao povo de Paranaguá que não teve a capacidade de juntar as forças políticas, elegeram um Deputado local, aí culpam a nós, Parlamentares, nos tacham de estarmos nos intrometendo lá em Paranaguá e roubando voto aqui de Curitiba, eu que sou Deputado praticamente de Curitiba, todo mundo aqui da Assembléia levou seus 500, 600, 1000, 20000, 5000 votos.

O voto é aberto para todos, basta que saiba se conquistar, e a gente conquista com trabalho, com presença, atuando e é isso que nós queremos fazer, essa comissão para irmos a Paranaguá ouvirmos a Fundação Nacional de Saúde, ouvirmos a Regional de Saúde do Paraná, ouvirmos o Porto de Paranaguá que também tem responsabilidade nesse caso do cólera lá no seu pátio de triagem. Enfim, ouvirmos as autoridades locais para que a Assembléia possa também tomar as suas medidas necessárias.

Queria conceder um aparte ao Deputado Marcos Isfer, tenho certeza de que o Presidente vai permitir que V.Exa. faça também a sua colocação.

O Sr. Marcos Isfer

Queria parabenizar V.Exa. pelo pronunciamento que faz nesta tarde, já na tarde passada V.Exa. ressaltou a presença do Governador em Paranaguá. E é muito importante que se frise todo o esforço feito pelo Governador do Estado no sentido de auxiliar Paranaguá, e é importante, como disse V.Exa. também, que as autoridades locais reconheçam o esforço feito por esta Assembléia, pelo nosso Presidente, Anibal Khury, quando fez uma contribuição para a Santa Casa daquela cidade.

Enfim, todos os Deputados tentando fazer com que Paranaguá, efetivamente, saia dessa crise em que se encontra. E acredito que essa Comissão também deva tomar um cuidado muito especial com o lixo de Paranaguá, uma vez que esse é um dos fatos e um dos fatores que têm levado, sem sombra de dúvida, que haja a disseminação do cólera.

O SR. ALGACI TÚLIO

Sr. Presidente, só para concluir.

Vejam que se cria mais um caso social, o pescador, o pobre do pescador não pode pescar mais porque não tem para quem vender nem como comer, porque ele pesca para sobreviver também. Agora, o Governo do Estado tem, via Casa Civil, via Defesa Civil, que mandar cestas básicas para suprir esse momento que o povo de Paranaguá não pode pescar para a sua sobrevivência e não pode pescar para vender também.

Então, além do problema do saneamento básico, a questão social, a sobrevivência e a situação desse povo nativo lá de Paranaguá.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Passa-se à Ordem do Dia.

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)

Sr. Presidente, requeiro o Horário da Liderança por alguns minutos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Vossa Excelência está com a palavra.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que me faz usar a tribuna neste momento, porque vejo aqui uma manifestação ou a presença de algumas pessoas oriundas da usina de Salto Caxias. E tenho um costume na minha vida de não enganar, não enrolar e procurar trazer ao conhecimento, mesmo que desagradável, dos Srs. Parlamentares, essa situação reivindicatória dos Senhores que estão aqui presentes.

Vi há pouco aqui parlamentar se manifestando favoravelmente à reivindicação desses senhores comerciantes, industriais da Região de Salto Caxias. Ao longo da história do Paraná foram construídas muitas usinas, várias usinas e a primeira usina a ser construída foi a de Foz do Areia, depois vieram as outras. Mas é importante que se ressalte de que a usina de Salto Caxias foi, sem sombra de dúvida, a usina com que a COPEL trabalhou com uma perfeição que é digna de exemplo para todo o País. Primeiro porque a COPEL, ao decorrer do tempo, aprendeu, construindo usinas, aprendeu, indenizando e relocando pessoas onde as áreas seriam inundadas. E na construção de Salto Caxias a COPEL teve a iniciativa de constituir um grupo chamado e denominado GEM, que é o Grupo de Estudos Multidisciplinares e que foi esse grupo que definiu tudo o que a COPEL deveria fazer e qual seria o procedimento da COPEL na questão das indenizações. Esse grupo definiu e delimitou as áreas que seriam indenizadas, definiu todas as questões. Nada foi definido pelo Presidente da COPEL ou pelo governador do Paraná e sim por uma comissão onde estavam representados os agricultores, os moradores, os Deputados, enfim, a sociedade civil organizada.

No ano passado tivemos aqui um debate sobre esta questão, quando foi colocado aos senhores proprietários desta região uma posição oficial do Governo do Paraná e da COPEL. Foi colocado no ano passado, se não me falha a memória, no começo do ano.

Nem a COPEL, nem o Governo do Paraná se furtam em nenhum momento, em indenizar pessoas que foram prejudicadas, mas desde que comprovada com documentos e contabilmente. O Governo do Paraná, e quero colocar aqui a minha posição ofi-

cial porque na minha região foram construídas duas usinas e nós não tivemos o tratamento que teve Salto Caxias. Foi um tratamento desigual. Pedem sim, existir entre os senhores, pessoas que foram prejudicadas e que legalmente podem ser indenizadas, mas jamais será negociado em grupo. Será negociado individualmente com as pessoas que comprovarem que tiveram prejuízos, com documentos.

Esta é a posição do governo, esta é a posição da COPEL e esta não é de hoje, é desde o ano passado. É importante que se diga isso para que amanhã ou depois os senhores que permanecem ali acampados, venham alegar que não tinham conhecimento desta posição oficial do Governo do Paraná e da COPEL.

Que fique aqui claro de uma vez por todas: o Governo do Paraná não se nega e não se furta em negociar com quem comprovar prejuízos, agora não queremos transformar esta questão numa indústria de indenizações porque, se por uma eventualidade, para resolver este problema que em muitos casos não é nem problema porque não se comprova documentalmente, vamos ter um problema no Paraná inteiro, porque as outras regiões se acham no direito e têm o mesmo direito da região onde foi construída Salto Caxias.

Espero ter sido claro, espero ter tido aqui uma posição esclarecedora. Esta foi a nossa posição nas negociações do ano passado e continua sendo a mesma. Para quem fez, com a COPEL, um trabalho exemplar que é, sem sombra de dúvida, copiado por todos os construtores de usinas do Brasil, tenho certeza absoluta que os reassentamentos feitos pela COPEL, que conheço pessoalmente, se fosse feita uma reforma agrária na Suíça não teria as condições que foram feitas na usina de Salto Caxias.

Que bom seria que todos os reassentamentos feitos nas usinas, tivessem tido o acompanhamento de uma Comissão, tivessem tido a qualidade deste reassentamento e a forma como foi feito porque tudo foi definido por esta comissão denominada da GEM - Grupo de Estudos Multidisciplinares.

Concedo aparte ao Deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Valdir Rossoni, nós nunca negamos os avanços obtidos na construção da Hidrelétrica de Salto Caxias.

Lá participamos desde o início de todos os movimentos, das reuniões, como Parlamentar da região, juntamente com o Deputado Ovídio Constantino, e posteriormente o Deputado Irineu Colombo.

Com relação ao assentamento feito pela COPEL é modelo, sim. Isto foi dito ali pelo Vilmar Madalosso e todos concordam e assinam embaixo.

Foi um trabalho fantástico e extraordinário realizado pela comunidade, porque lá não foi uma dádiva da COPEL, foi uma conquista da comunidade que se organizou e lutou pelos direitos até levando-se em consideração a construção da Usina de Foz do Areia, de Salto Segredo, os erros, enfim, tudo isto fez com que a experiência desse esta oportunidade fantástica de construir uma hidrelétrica modelo.

Agora, Deputado Valdir Rossoni, Vossa Excelência que vem do interior, há de convir comigo, lá em Três Barras do Paraná, uma das cidades que cedeu uma das maiores áreas para o reservatório, havia 10 mil habitantes, a usina, justamente para levar para os assentamentos, para indenizar em função de que houve comprometimento da própria propriedade, retirou três mil pessoas do município. Quer dizer, de 10 mil ficaram sete mil habitantes em Três Barras do Paraná. É lógico que isto teve um impacto forte no comércio da cidade.

Estou citando Três Barras, mas poderia citar Boa Vista, Nova Prata, enfim, os outros municípios que também fazem parte do reservatório, de forma que, o que o comércio está pleiteando, Deputado Valdir, e veja este aspecto que Vossa Excelência coloca e a COPEL tem dito, desde que comprove documentalmente, mas sabemos que lá no interior os comerciantes não trabalham com notas fiscais.

Todos sabemos que a bodeguinha, o comerciante, o armazenzinho, o botequinho lá do interior não têm documentos, não trabalham com notas fiscais e a COPEL fez indenizações lá na região tendo como base um critério que ela própria adotou, e é esse critério que a COPEL adotou junto conosco que está sendo pleiteado pelo comércio que aqui se acampa. E quero dizer mais aqui para Vossa Excelência agradecendo a generosidade de conceder este aparte para a gente poder esclarecer as nossas opiniões que este movimento não é meu, porque se fosse meu teria trazido para cá na época da campanha eleitoral Agora não estamos em campanha.

Quer dizer, apenas como Deputado da região estou emprestando o meu apoio porque acho que o movimento é justo, e creio que o Governador Jaime Lerner e a própria COPEL não vão se negar de ouvir este pessoal que aí se encontra.

O SR. VALDIR ROSSONI

Só para concluir, Senhor Presidente.

Lamento, Deputado Belinati, mas o meu tempo está terminado.

Mas quero dizer, só para encerrar, dizer ao Deputado Nereu que, de forma nenhuma, coloquei aqui que a questão é política.

Agora, quando Vossa Excelência alega que o armazém lá de tal comunidade não trabalha com documentos, aí pergunto qual é a fórmula que a COPEL tem que encontrar, para fazer a indenização?

O importante é que se diga que todas as ações feitas pela COPEL na construção da Usina de Salto Caxias foram acompanhadas por uma comissão e quem delimitou a área que deveria ser indenizada foi um grupo de pessoas que representavam a sociedade. Ora, isto teria que ter sido levantado lá atrás e apresentado a este grupo que se denominava GEM para que se estudasse o caso. Agora a usina terminou, os recursos terminaram e não quero aqui gerar falsa expectativa. Existe uma posição oficial e só serão indenizadas pessoas que comprovarem documentalmente.

Era isto que queria dizer, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Encerrado o Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, Deputado, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ricardo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL- do Projeto de Lei nº 005/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Núcleo Terapêutico Menno

Simons, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 05, de 23.02.99).

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL- do Projeto de Lei nº 018/99, de autoria do Deputado Tony Garcia, que declara de Utilidade Pública o Paraná Basquete Clube, do Município de Curitiba. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 06, de 24.02.99).

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL- do Projeto de Lei nº 028/99, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação Pró-Amor de Deficientes Físicos de Irati, com sede e foro no Município de Irati. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 08, de 01.03.99).

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 488/98, de autoria do Tribunal de Justiça, a extinção de níveis dos quadros dos servidores das Secretarias do Tribunal de Justiça e de Alçada COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 055/99, de autoria do Deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Visuais de Londrina, Rolândia e Cambé - ADEV-ILORC com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 604/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Estrada Paulista e Iguaçu - AMEPI, com sede e foro no Município de Icaraima. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 071/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Belém de Serviço Social, com sede e foro na Cidade de Palmital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. **Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 099/99, de autoria do Deputado Antonio Baratter, que declara

de Utilidade Pública a Fundação Consciência e Trabalho, com sede e foro no Município de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Sobre a mesa, requerimento nº 431, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir o Requerimento Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Antes de encaminhamento de votação e discussão do Requerimento, devo informar ao Deputado Vanhoni que há mais ou menos trinta dias designei o Deputado Caíto Quintana, que foi o Relator da nossa Constituição, para acompanhar todo o processamento da nova legislação federal, inclusive reforma da Constituição. Sua Excelência deverá convidar alguns deputados para participarem dessa comissão. Se V. Exa. insiste na comissão, coloco o requerimento em votação, na Sessão de amanhã, porque o Deputado Rossoni requereu para discutí-lo.

Peço ao deputado que fale com o Deputado Caíto Quintana.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Para Encaminhar**)

Amanhã eu encaminho a votação e assim vou fazê-lo.

Requerimento nº 433, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente - Retirado pelo Autor.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Entendo, Deputado Vanhoni, que com a constituição dessa comissão, que vai acompanhar em Paranaguá o surto do cólera, acho que é dispensável porque V. Exas. terão atribuições para convocar nessa comissão o Secretário de Saúde.

O SR. ÂNGELLO VANHONI

De acordo, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Requerimento retirado.

Requerimento nº 432, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente - Em Discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 372, de autoria do Senhor Deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente de sessão anterior. Em Discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, com a ausência do ilustre Deputado Divanir, que não se encontra no Plenário, requeiro a V.Exa. que adie esse requerimento para amanhã, que já tenho as informações para prestar ao Senhor Deputado.

Requerimento nº 405, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 407 e 408, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 409 a 413, de autoria do Senhor Deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 414, de autoria do Senhor Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa

Requerimentos nºs 415 a 417, de autoria do Senhor Deputado Waldyr Pugliesi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 418 e 419, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 420, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 424, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 429, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).**

Requerimentos nºs 425, 426, 427 e 430, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 436 a 439, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa

Requerimento nº 440, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 319, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo Autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 029, 034 e 044/99.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 071/99.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE ABRIL DE 1999.

“Discurso de Posse da Desembargadora Regina Helena Afonso de Oliveira Portes”

Doutor René Ariel Dotti.

O cargo de Desembargador

A Doutora Regina Helena Afonso de Oliveira Portes assume as funções do honroso cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, em um dos momentos relevantes de sua história cívica e institucional.

Na acepção moderna, a palavra desembargador indica o magistrado que integra os Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e assim o reconhecem a Constituição e as demais leis. Mas em sua definição mais antiga, desembargador é aquele que desembarga isto é, decide uma dúvida, despacha em definitivo.

Essa atribuição, que há mais de cem anos vinha sendo desenvolvida somente pelos homens neste Egrégio Tribunal, recebe agora, pela primeira vez em caráter de efetividade, a contribuição feminina. É importante render homenagem do apreço e da admiração a todos os membros desta Corte sob a Presidência do Desembargador Sydney Dietrich Zappa.

A reversão de um mito

As mulheres da aurora de um novo milênio estão promovendo a revisão da sentença bíblica que ao longo dos séculos as condenaram a uma interdição civil e política tendo como base emocional um arraigado preconceito fundado na diferença de sexos e como ilustração mística a lenda de que Eva nascera de uma costela de Adão. Elas estão propondo, nos mais distintos foros e nas mais variadas instâncias, uma ação rescisória contra tal veredicto por entenderem que essa crença imemorial tem vio-

lado literal disposição da lei da natureza demonstrando que, em todos os tempos o homem nasce da mulher e não o contrário. Outro fundamento que anima esse pleito espiritual e comunitário é a demonstração de que a sentença que atribui a inversão genética contém um erro quanto aos fatos constitutivos da própria lenda.

As conquistas da mulher no Século XX

A crônica dos acontecimentos do Século XX revela que a mulher vem, nos mais diversos planos de ação, promovendo a transformação da sociedade urbana.

A Primeira Grande Guerra Mundial, tendo como palco a Europa Ocidental, de 1914 a 1918, foi um dos marcos definitivos do acesso da mulher a muitas atividades até então exercidas exclusivamente pelos homens. Elas constituíam os grandes grupos dos chamados soldados da retaguarda. Chefes de família, operárias nas fábricas de municões, condutoras de transportes coletivos e até auxiliares do Exército, eram algumas das múltiplas ocupações, além daquelas já tradicionalmente reservadas ao sexo feminino como os encargos maternos e da casa, o trabalho nas escolas e nos hospitais. Organizações femininas passaram a desenvolver movimentos de relevo na Grã Bretanha, na França, Alemanha, inclusive quanto a luta pelo direito ao voto, iniciada na Inglaterra nos anos que antecederam a guerra. Enquanto Marie Curie, prêmio Nobel em 1911, ajudada pela sua filha, impõe a radiografia à cirurgia de guerra e coloca em circulação uma frota de viaturas radiológicas, a imprensa britânica consagra as escocesas Mairi Chisholm, com apenas 18 anos, e Mrs. Knocker, como heroínas porque, na condição de motociclistas e integrantes de uma equipe de ambulância volante na Bélgica, instalam, sozinhas, um posto de socorro numa aldeia em ruínas, perto das trincheiras, resistindo sob os obuses, até 1918. Personificando a abnegação, a fé e a coragem, a mulher é a enfermeira, anjo e mãe. É a personagem mais louvada da guerra e tema predileto de seus artistas. “A maior mãe do mundo”, diz um cartaz americano da Cruz Vermelha, cujo grafismo - uma enfermeira gigantesca embalando um homem em miniatura imobilizado numa maca - destaca um novo relacionamento entre os sexos.

Nos Estados Unidos da América do Norte, as mulheres conquistam, no ano de 1918, o direito ao voto através de uma emenda à Constituição.

Estatutos jurídicos menos discriminatórios passaram a existir em países europeus, permitindo à mulher aderir a um sindicato sem autorização do marido, bem como conservar a sua nacionalidade ao casar com um estrangeiro; a supressão de regras legais de incapacidade civil da mulher casada, bem como a livre disposição de seu salário e de seus

bens, foram algumas das muitas e importantes alterações do universo de relações familiares e sociais.

No século atual também progrediu a contribuição feminina no campo das artes e da literatura, a exemplo do ingresso de Madame Marguerite Yourcenar, na vetusta Academia Francesa e do prestígio de Simone de Beauvoir, ao sustentar que a mulher emancipada é tão criadora quanto o homem. A frase da companheira de Sartre tornou-se antológica. Dizia ela: "Enquanto a mulher tiver ainda que lutar para se tornar um ser humano, não poderá ser uma criadora".

O final da presente centúria marca nos países europeus do ocidente, na América do Norte e em muitos países da América Latina, a consagração do princípio da igualdade jurídica entre os sexos, bandeira já levantada pela famosa Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada pela Assembléia Nacional Francesa, em 1789, fundada no direito natural, inalienável e imprescritível, de que todas as pessoas nascem e permanecem livres e iguais em direitos.

O direito ao voto

Em nosso País, esse fenômeno é identificado pelos mais diversos exemplos de luta contra a intolerância e a prepotência de uma sociedade na qual o chefe de família exercia uma autoridade absoluta, resumindo toda instituição social de seu tempo de natureza patriarcal. Entre os direitos, duramente conquistados, destaca-se o direito ao voto.

Muito embora haja registros de que no começo do século, mais precisamente, em 1906, na comarca mineira de Minas Novas, as mulheres Alzira Vieira Ferreira Netto, mais tarde formada em Medicina, Cândida Maria dos Santos, professora em Escola Pública e Clotildes Francisca de Oliveira, haviam se alistado como eleitoras e votado efetivamente, foi somente com o Código Eleitoral de 1932 que se venceu a tradição brasileira de se excluir a mulher da participação no processo de sufrágio.

É elementar que, participando ativamente de movimentos sociais de libertação nos mais diversos quadros da atividade humana e tendo os mesmos direitos e obrigações perante a ordem civil, a mulher tem legitimação e sensibilidade para eleger os representantes parlamentares e os mandatários para os cargos do Poder Executivo.

O Estatuto da Mulher Casada

Um dos grandes marcos de um novo tempo de liberdade e de afirmação para a mulher adveio com a Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962, o chamado Estatuto da Mulher Casada, alterando substancialmente os papéis a serem interpretados no contexto da família e da sociedade. A mulher deixou de ser o sujeito passivo de muitas relações jurídicas para assumir a condição de colaboradora

da sociedade conjugal, no interesse comum do casal e dos filhos. As responsabilidades espirituais, éticas, sociais e materiais do matrimônio passariam a ser vistas sob uma nova perspectiva, eliminando o caráter maniqueísta que as identificava quando se concedia ao marido poderes irrecorríveis como o de fixar e mudar o domicílio da família, o de autorizar a profissão da mulher e a sua residência fora do teto conjugal.

As conquistas femininas na Constituição de 1988

A Constituição de 1988, inserida em um novo contexto histórico de liberdades civis e políticas, declara já no primeiro parágrafo, reservado ao elenco dos direitos e garantias fundamentais, que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição".

Nenhuma Carta Política anterior fez tal declaração de princípio com a clareza do texto atual. Os outros diplomas consagravam a isonomia entre o homem e a mulher valendo-se da declaração que proíbe a discriminação entre os sexos.

Sob outro aspecto, ao reconhecer a existência da união estável entre o homem e a mulher para diversos efeitos jurídicos, a Constituição e a lei resgataram a dignidade da convivência mantida fora do casamento. Tais uniões eram objeto de forte e injusto preconceito social que se dirigia, basicamente, contra a condição feminina.

A mulher e as profissões do Direito

Nos anos 70 e 80, nosso País assistiu ao florescimento de um extraordinário progresso da mulher nas atividades relacionadas com o Direito. As Faculdades de Direito passaram a receber um grande número de alunas, igualando-se quando não superando o número de rapazes, os quais anteriormente detinham a hegemonia do corpo discente. Surgiram então as novas advogadas, Promotoras de Justiça, Juízas, Delegadas de Polícia, serventuárias do foro judicial e extrajudicial, assessoras e assistentes, um grande universo de novas profissionais a competir com os seus colegas do sexo masculino.

Atualmente, segundo registros da secretaria da Ordem dos Advogados do Paraná, o número de advogados em atividade é de 18.630 (dezoito mil, seiscentos e trinta) membros, dos quais a expressiva soma de 6.040 (seis mil e quarenta) é de mulheres. vemos, portanto, que o correspondente a 1/3 (um terço) dos trabalhadores do Direito é integrado pelas nossas colegas. Elas se distribuem nas mais variadas tarefas nos escritórios da advocacia liberal, nas agências dos poderes e órgãos públicos, na docência universitária, nos gabinetes das consultorias e assessorias, enfim, nos mais distintos espaços de participação juntamente com os homens como se verifica no imenso número de equipes nos gabinetes públicos e nos escritórios privados.

Essa inequívoca estatística vem demonstrar que entre os poderes políticos do Estado, o Judiciário é o que mais tem recebido a qualificada contribuição feminina em funções e cargos de destaque, promovendo um grande contraste com os números do Poder Executivo e do Legislativo. Basta referirmo-nos à experiência ordinária para constatarmos que há um notável número de mulheres nas profissões do Direito, por exemplo, advogadas, juízas, Promotoras e Procuradoras de Justiça e Delegadas de Polícia, em comparação com Prefeitas, vereadoras, Deputadas, Governadoras e Senadoras. Uma das exceções a essa regra e em nosso Estado, é o da vice-Governadora Emilia Belinati, cuja sensibilidade política e capacidade de determinação têm sido reveladas pelo projeto de maior integração entre as várias regiões do Paraná.

Os novos papéis do Judiciário

O Poder Judiciário nos dias correntes e num Estado Democrático de Direito não se limita à aplicação da lei aos casos concretos embora seja essa a sua virtude missionária. Seus membros também atuam nos processos de discussão e elaboração dos textos legislativos quando integram comissões de especialistas ou quando, na qualidade de membros dos tribunais redigem os projetos de lei de iniciativa privativa. São os magistrados, também, os responsáveis pelos órgãos diretivos da administração e das associações de classe, bem como das entidades de aperfeiçoamento intelectual, como as Escolas de formação e de aprimoramento. Além disso, muitos deles estão no magistério superior e participam de eventos culturais relacionados com as suas funções.

O juiz moderno, portanto, é um ator participante da comunidade, um detentor de múltiplas atribuições e jamais um ser marginalizado da condição humana e da realidade do cotidiano, feita de natureza e valor, de realidade e fantasia.

Dentro desse contexto, são infinitas as possibilidades de integração das mulheres. Não somente nas especializações da judicatura, com os direitos de família, dos menores, do meio ambiente, do consumidor e de outros setores, mas também na jurisdição de caráter geral, a participação feminina está respondendo muito afirmativamente.

A luta pela independência do Poder Judiciário

A Constituição declara, já em seu artigo segundo, que o Legislativo, o Executivo e o Judiciário são poderes independentes e harmônicos entre si. Trata-se de uma das clássicas declarações de repartição dos poderes do Estado, cuja doutrina foi aperfeiçoada por Montesquieu muito embora, desde a Antiguidade clássica, e mais precisamente, desde Aristóteles já se identificava no Estado a existência de três funções principais.

O princípio da separação dos poderes, como condição indispensável para o funcionamento de um Estado Democrático de Direito, está sofrendo uma intolerável agressão através da malsinada Comissão Parlamentar de Inquérito, aberta no Senado Federal e com a ruidosa publicidade de antagonismo aos magistrados brasileiros, posto ter sido cognominada de CPI do Poder Judiciário. Trata-se e mais um lance autoritário de um antigo e renovado processo de hostilidade e opressão ao Poder fisicamente desarmado e economicamente hipossuficiente da República. Essa devassa que se pretende instaurar, a pretexto de atender interesses populares, tem, na verdade, objetivos ideológicos muito claros. Um deles é o de mutilar o âmbito das atribuições jurisdicionais através de medidas de restrição quando não de supressão das garantias funcionais dos membros da magistratura nacional. Outro é o de atrofiar as possibilidades de acesso dos cidadãos à Justiça. A CPI instaurada no Senado nenhuma medida irá propor contra alguns flagelos do retardamento da prestação jurisdicional porque são causados pelo próprio Estado. Entre tais causas podem ser destacadas: a) medidas provisórias, fora das hipóteses constitucionais de relevância e urgência, usurpando as atribuições do Legislativo; b) restrições aos provimentos jurisdicionais liminares, cerceando o poder de cautela dos juízes quanto existe o interesse do Estado; c) os precatórios judiciais que estimulam o calote contra o direito já reconhecido dos cidadãos por sentença transitada em julgado; d) a cultura da lide temerária por parte da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, em suas administrações diretas e indiretas, com a interposição sistemática de recursos infundados em detrimento da execução dos julgados; e) o não cumprimento das decisões judiciais, que no Paraná assumiram proporções alarmantes com as invasões de terras produtivas e os confrontos no campo; f) o estímulo à indústria da desapropriações de fato quando o Poder Executivo se omite para fazer uma suposta justiça social com o sacrifício da propriedade individual.

A CPI não foi instalada para facilitar e ampliar o acesso dos cidadãos ao Poder Judiciário. Se assim fosse, bastariam considerar as propostas de reforma aprovadas pelos próprios órgãos de representação da Magistratura - como a Associação dos Magistrados Brasileiros e as associações estaduais, a exemplo da paranaense, sob a forte e intemorata liderança do Dr. Ruy Fernando de Oliveira, para se atender a tais reclamos. Na verdade e sob os pretextos da lentidão, da inacessibilidade e da corrupção, o que pretende essa nova tentativa de cerceamento é reduzir, quando não suprimir, poderes constitucionais e legais de que são investidos os juízes e tribunais para exercer o controle dos atos dos demais

poderes, em especial, dos abusos do Poder Executivo.

A falácia da CPI do Judiciário

A tradição constitucional brasileira, desde as Cartas Políticas de 1934, 1946, 1967, 1969 e a atual, estabelecem como pressuposto indispensável para a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a existência de “fato determinado”. Comentando o referido dispositivo, inserido no Art. 37 da Constituição de 1967, o imortal Pontes de Miranda, ensina que: “Não se pode abrir inquérito sobre crises in abstracto”, enfatizando que tais comissões “não podem invadir as atribuições judiciárias ou disciplinares” (Comentários à Constituição de 1967, com a Emenda nº 1, de 1969, Rio de Janeiro: Forense, 1987, III p.50 e 51).

É elementar que os fatos constitutivos de irregularidades praticadas por membros do Poder Judiciário devem ser apurados por esse mesmo poder, sob pena de se abolir o princípio da separação dos poderes e transformar o Senado Federal em “tribunal de exceção”. Muitos magistrados brasileiros estão já se destacando nessa trincheira de resistência contra os novos Comitês de Salvação Pública que, a exemplo do modelo original francês, manipulava o terror em nome da preservação da República, fazendo da guilhotina o instrumento ideal para decapitar a inteligência. E apesar de ser considerado como “O Incorruptível” pelos parisienses, Robespierre também terminou no cadafalso, ao lado de companheiros terroristas oficiais como Couthon e Saint Just.

Entre nós, a CPI do Judiciário poderá provocar novas fogueiras da Inquisição, se não houver a firme e corajosa rebelião do bom senso e a insurreição da verdade. O Ministro Carlos Velloso, próximo presidente do Supremo Tribunal Federal, declarou na Folha de São Paulo (22.03) que uma CPI dirigida contra o Poder Judiciário provoca o risco de desobediência civil; a presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Beatriz de Lima Pereira, com lucidez e coragem reprova a conduta do Senador Antonio Carlos Magalhães no artigo “Basta de agressões contra o Judiciário”, publicado no mesmo jornal e no mesmo dia; o Ministro Sepúlveda Pertence verberou energicamente que chama de “investigação da jurisprudência”, chegando a afirmar que a prevalecer essa tendência de arbítrio e violência é melhor “fechar a Casa”, referindo-se à mais alta Corte do País.

Os novos desafios para a Desembargadora

Esse acontecimento nacional recentíssimo e suas naturais implicações estão a demonstrar que a Desembargadora Regina Helena Afonso de Oliveira Portes assume o honroso cargo na mais alta corte judiciária de nosso Estado em um cenário muito

fecundo de expectativas quanto aos destinos da independência e autonomia do Poder Judiciário.

Mas ela está muito bem preparada não somente para enfrentar esse tipo de luta institucional, como demonstrou em recente entrevista publicada na imprensa local, denunciando o autoritarismo da proposta da CPI e reafirmando a necessidade de se manterem os predicamentos da magistratura.

E quanto à judicatura dos casos rotineiros, também está ela em condições de honrar a toga e cumprir o seu mandato de administradora da boa justiça.

Presto depoimento como ex-professor e ex-colega de Escritório que durante vários anos teve o privilégio de conhecer e observar o seu espírito de luta e a sua lealdade, além de outras virtudes da advogada que sempre foi, isto é, como a caminhante diuturna entre o fato e o Direito, entre a pretensão e a decisão.

Pleiteou, sempre, como a generalidade dos colegas, do lado de fora do balcão dos cartórios, e combateu o bom combate nas salas de audiência e nas tribunas.

Do ponto de vista comunitário, a sua carreira na magistratura tem a justificá-la os longos anos em que serviu à causa de uma imensa legião de pessoas em diversas áreas de um direito idealístico e de uma justiça humanitária.

As tradições de família

Ao contrair casamento com o Doutor Joaquim Antonio Guimarães de Oliveira Portes, quando ainda exercia a advocacia, a Dra. Regina Helena ligou ao seu nome de família, o apelido de seu marido que é neto do Desembargador Joaquim Antonio de Oliveira Portes.

Quiseram as circunstâncias que a sua vida familiar e a sua atividade profissional passassem a lembrar, para o presente e para o futuro, a biografia de um dos antepassados ilustres do poder Judiciário paranaense e que foi um dos presidentes dessa augusta Casa, como se poderá verificar pela ata da sessão de 31 de janeiro de 1919, do chamado Superior Tribunal de Justiça do Paraná, publicada na edição comemorativa dos 80 anos do jornal Gazeta do Povo.

Quem ler, entre outras fontes, Milton Miró Vernalha, em seu livro Centenário do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, editado sob a gestão do Desembargador Luiz Renato Pedroso, verá que por várias vezes, desde o ano de 1903, até 1919, o Desembargador Oliveira Portes foi reeleito ininterruptamente pelos seus pares para dirigir os destinos desta augusta Corte. O fato comprova o prestígio e a Liderança daquele ilustre antepassado.

Uma outra relação de parentesco envolve a nossa Desembargadora com uma das figuras de relevo do Tribunal. O saudoso constituinte federal de 1946 e depois Desembargador, presidente desta Casa e mestre de processo penal, Lauro Sodré Lopes era irmão de sua avó

O ingresso por merecimento

A Doutora Regina Helena ingressou no Poder Judiciário do Paraná pelo critério de merecimento. Realmente, ela foi eleita em uma lista sêxtupla, pela Ordem dos Advogados do Brasil, primeiramente em 16 de março de 1990, quando o universo de advogados em atividade atingia o número de 10.459 (dez mil quatrocentos e cinquenta e nove) e, depois, em nova lista, no mês de novembro de 1991. Também pelos méritos foi ela votada pelos Desembargadores integrantes do Órgão Especial, quando, em fevereiro de 1992, formaram a lista tríplice. E, finalmente, o merecimento foi ainda o critério adotado pelo Governador para nomeá-la, em 23 de março de 1992, levando em consideração as suas virtudes pessoais, a notoriedade de sua qualificada militância e a sua representatividade como ex-integrante da Ordem dos Advogados.

Esse merecimento é igualmente atestado pelos inúmeros profissionais que com ela tiveram o privilégio da convivência funcional, no cotidiano do escritório como também nas salas e corredores dos fóruns e tribunais. O seu ingresso no Poder Judiciário através da generosa cláusula do quinto constitucional, ocorreu, assim, pela porta da frente. Ela foi advogada, como tantos outros milhares de colegas em nosso Estado e no País, que vivem os riscos, as inquietações, os dissabores e as alegrias do cotidiano de nossa valorosa e missionária profissão. Agora, a sua promoção para o Tribunal de Justiça se faz pela referência da antiguidade entre os seus colegas oriundos da classe dos advogados e com assento no Tribunal de Alçada. e, também mais uma vez os seus méritos pessoais certamente foram considerados pelo Colendo Órgão Especial pois ao longo desses 7 (sete) anos de magistratura, a Doutora Regina Helena Afonso de Oliveira Portes, conquistou o respeito e a admiração de seus colegas juizes, dos membros do Ministério Público, dos advogados e dos servidores dessa Casa, que a acolheu dentro do generoso e indispensável critério da participação dos advogados na composição dos tribunais.

O juiz como intermediário entre a norma e a vida

Não há neste discurso, nem conselhos nem alertas. Minhas palavras valem tão somente como homenagem e saudação, extensiva aos seus familiares - Dona Leny, Senhor Carlos, Gabriela, Dulce,

Rudy, Joaquim, e todos os demais entes queridos, os vivos e os que já partiram deixando saudade e amor.

Mas se a Desembargadora me distinguisse com o pedido de um conselho eu diria simplesmente: "Continue sendo como sempre foi. Estude cada caso como se estivesse vendo e sentindo o clamor de cada uma das partes.

Faça de cada caso julgado um modelo de consciência para guiar os casos futuros. E, finalmente, mas não por último, considere que a jurisprudência está dirigida, inicialmente, ao entendimento correto da lei, completando-a e aperfeiçoando-a. Respeitando sempre os valores que lhe serviram de inspiração bem como provendo a fiel e exata aplicação das normas assim obtidas, em obediência aos interesses do Direito e da Justiça. Como saliente Domingues de Andrade, em antológica oração de sapiência, proferida na Faculdade de Coimbra, há quase 50 anos, a jurisprudência está, portanto, "ao serviço da lei, mas num sentido de obediência pensante, que atende menos à letra que mata do que ao espírito que vivifica; e para além da lei, mas através dela, ao serviço do ideal jurídico - do nosso sentido do Direito que em cada momento deve ser" (Sentido e valor da jurisprudência, p.40).

Seja bem-vinda, Senhora Desembargadora Regina Helena Afonso de Oliveira Portes.

Neste momento começa um novo tempo de sua vida de mulher e de cidadã.

Que Deus a ilumine e guarde.

Discurso de saudação pronunciado pelo Doutor René Ariel Dotti, em nome da seccional paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (Tribunal de Justiça do Paraná, Curitiba, 30.03.1999).

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA 2ª ATA ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de março do ano de um mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari, Hermas Brandão, Nereu Moura, Antonio Belinati, Marquinhos Alves, Pastor Edson Praczyk, Waldyr Pugliesi, Beto Richa e mais o Deputado Valdir Rossoni. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 075/99 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Dep-

utado Duílio Genari - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 007/99 de autoria do Deputado Sérgio Spada. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 0057/99, de autoria do Deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma do substitutivo geral anexo - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 051/99 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Nereu Moura; 05) Projeto de Lei nº 001/99 de autoria do Poder Executivo. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Algaci Túlio; 06) Projeto de Lei nº 035/99 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Algaci Túlio; 07) Projeto de Lei nº 099/99 de autoria do Deputado Antonio Baratter. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 071/99 de autoria do Deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura, na forma da emenda corretiva anexa - APROVADO; 09) Proposição-Veto nº 002/99 de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 479/97, de autoria do Deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 027/99 de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 006/99 de autoria do Deputado Sérgio Spada. O Deputado Relator Antônio Belinatti REQUER DILIGÊNCIA - DEFERIDO; 12) Projeto de Lei nº 065/99 de autoria do Deputado Moysés Leônidas e outros. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Belinati, na forma de emenda anexa - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 064/99 de autoria do Deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Marcos Isfer - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 073/99 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Beto Richa - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 003/99 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Beto Richa - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 046/99 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Beto Richa - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 061/99 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Algaci Túlio - APROVADO; 18) Proposição-Veto nº 020/99 de autoria do Poder Executivo que veta parcialmente o Projeto de Lei Complementar nº 252/98, de autoria dos Deputados Anibal Khury e Joel Coimbra, que altera a Lei Complementar nº 14, de 26.05.82. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Algaci Túlio - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 049/99 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 002/99 de autoria do Poder Execu-

tivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 015/99 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL à emenda de Plenário do Deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 060/99 de autoria dos Deputados Nereu Moura e Irineu Colombo. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Algaci Túlio; 23) Projeto de Lei nº 009/99 de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Marcos Isfer; 24) Projeto de Lei nº 031/99 de autoria do Deputado Neivo Beraldin. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Algaci Túlio; 25) Proposição Veto nº 010/99 de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 495/97, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 047/99 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 022/99 de autoria do Deputado Irineu Colombo. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Pastor Edson Praczyk; 28) Projeto de Lei nº 016/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Marcos Isfer; 29) Projeto de Lei nº 055/99 de autoria do Deputado Moysés Leônidas. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Serafina Carrilho - APROVADO. O Deputado Nereu Moura devolve o Projeto de Lei nº 091/99 - item 04 desta Ata - Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 011/99 de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni. O Deputado Marcos Isfer chama a atenção para o fato deste Projeto de Lei ser igual ao projeto de Lei nº 009/99. O Senhor Presidente solicita devolução da matéria e a verificação por parte desta Secretaria; 31) Projeto de Lei nº 050/99 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Edson Praczyk, na forma da emenda anexa - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 024/99 de autoria do Deputado Orlando Pessuti. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Valdir Rossoni; 33) Projeto de Lei nº 017/99 de autoria do Deputado Hermas Brandão. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Valdir Rossoni; 34) Proposição-Veto nº 021/98 de autoria do Poder Executivo que veta parcialmente o Projeto de Lei nº 050/98, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Edson Praczyk - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária de Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária